

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS
DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE
SANTA MARIA – RS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Marcelo Medeiros Pereira

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA
MARIA – RS**

por

Marcelo Medeiros Pereira

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientador: Prof. Ms. Luiz Antônio Rossi de Freitas

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**

elaborado por
Marcelo Medeiros Pereira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Luiz Antonio Rossi de Freitas, Ms. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)**

Ivan Henrique Vey, Dr. (UFSM)

Sérgio Rossi Madruga, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 28 de dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que iluminou meu caminho durante esta árdua jornada, dando serenidade aos meus pensamentos, direcionando todas as minhas decisões com muita sabedoria.

Agradeço, a minha família, que acreditou na minha vitória, mesmo ausente do convívio familiar, sempre estiveram ao meu lado, em especial aos meus pais, Rogério de Alvarenga Pereira e Genilda Medeiros Pereira. Em especial a minha avó Geny da Silva Medeiros, que sempre me apoiou em todos os momentos da minha vida, e que hoje cuida de mim lá do céu, tenha certeza que contribuiu muito para formação da pessoa que sou hoje, através de seus ensinamentos e exemplos.

A Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, instituição pública onde tive a oportunidade de cursar a graduação.

Ao Professor Luiz Antônio Rossi de Freitas, meu orientador, por ter me incentivado à pesquisa, por ter possibilitado minha participação no grupo de pesquisas, e o mais importante, por ter transmitido seus ensinamentos, indispensáveis ao desenvolvimento desse trabalho.

A todos os professores do Curso de Ciências contábeis da UFSM, em especial aqueles que estimularam a pesquisa e a qualificação profissional, oportunizando o crescimento intelectual.

Aos participantes do programa pró-peixe, pertencentes ao Distrito de Boca do Monte, Município de Santa Maria/RS, pelas valiosas colaborações, opiniões e esclarecimentos que permitiram a realização do presente trabalho.

Aos amigos, mesmo que em vários momentos de ausência, tiveram compreensão e me auxiliaram em todos os momentos. Em especial a colega Jaqueline Guse, por sua generosidade em dividir o conhecimento em pesquisa, sendo grande exemplo de pesquisadora para mim.

Ao meu grande amigo Diego Marques Gonçalves, por sua paciência, lealdade, compreensão, sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e conturbados da minha vida, demonstrando o real significado da amizade e carinho.

RESUMO

**Trabalho de Conclusão
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
AUTOR: MARCELO MEDEIROS PEREIRA
ORIENTADOR: LUIZ ANTONIO ROSSI DE FREITAS
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de dezembro de 2012.**

No cenário econômico atual nosso país esta em busca da consolidação da economia familiar, devido a sua contribuição para geração de emprego e renda, evitando o êxodo rural para os grandes centros urbanos. O desenvolvimento desse tipo de economia sofre as conseqüências da falta de planejamento, organização e controle, visto aos diversos fatores que influenciam na atividade agrícola como a administração dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, captação de consumidores e o aumento da produção e lucratividade. Neste sentido, os programas de desenvolvimento rural visam a potencializar a atividade rural, propondo medidas para minimizar a falta de conhecimento em cada tipo de cultura ou criação, com a prática de cursos, palestras e treinamentos, direcionados aos produtores cadastrados e que se enquadrem nos objetivos propostos pelos programas em cada área. A contabilidade como ciência social contribui fornecendo informações confiáveis aos seus usuários para melhor desempenhar a gestão do patrimônio. Estas informações são utilizadas na elaboração do planejamento e, principalmente, como ferramenta de avaliação de desempenho quando considerada em conjunto a indicadores não-financeiros. Este estudo buscou identificar as melhorias obtidas na economia familiar após a implantação dos programas de desenvolvimento rural no Município de Santa Maria/RS. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado um estudo junto aos produtores rurais do Distrito de Boca do Monte inscritos no programa pró-peixe, sendo empregada a técnica da entrevista estruturada. Os resultados revelaram que o programa de desenvolvimento rural não beneficiou de forma igualitária os participantes e nem proporcionou mudanças significativas na gestão rural, visto que focaliza apenas aspectos técnicos.

Palavras-Chave: contabilidade; desenvolvimento rural; avaliação de desempenho

ABSTRACT

**Conclusion Work
Accounting Course
Universidade Federal de Santa Maria**

**EVALUATION PERFORMANCE OF RURAL DEVELOPMENT
PROJECTS OF THE SANTA MARIA CITY
AUTHOR: MARCELO MEDEIROS PEREIRA
ADVISOR: LUIZ ANTONIO ROSSI DE FREITAS
Date and place of the defense: Santa Maria, 28 december, 2012.**

In the current economic scenario, our country is in search of the consolidation of the family economy, because this contribution to employment and income generation, avoiding the rural exodus to the big cities. The development of this type of economy suffers from lack of planning, organization and control, as the various factors that influence agricultural activities such as management of natural resources, environmental preservation, consumer uptake and increased production and profitability. In this sense, the rural development programs aimed at enhancing the rural activity, proposing measures to minimize the knowledge deficiency on every type of culture and creation, with the completion of courses, lectures and training, and targeted to registered producers that meet the goals proposed by the programs in each area. Accounting as social science, contributes providing reliable information to its users to better perform asset management. This information is used to prepare the planning and mainly as a tool for evaluating performance when considered in conjunction with non-financial indicators. This study sought to identify the improvements obtained in the household economy after the implementation of rural development programs in Santa Maria / RS. To develop the work was carried out a survey with the farmers in the district of Monte Boca enrolled in the program pro-fish being used the structured interview technique. The results revealed that the rural development program has not benefited equally participants nor provided significant changes in rural management, since only technical aspects.

Key words: accounting; rural development; evaluation performance

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Áreas mínimas para financiamentos de pomares.....	22
Quadro 2 - Espécies e variedades definidas para financiamentos.....	22
Quadro 4 - Espécies a serem financiadas.....	27
Quadro 5 - Tipos de agroindústrias beneficiadas com financiamentos.....	31
Quadro 6 - Linhagens de frango de corte e poedeiras coloniais.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Gênero dos participantes.....	49
Gráfico 2	– Faixa etária dos participantes por sexo.....	49
Gráfico 3	– Tempo na atividade por sexo.....	50
Gráfico 4	– Tempo na atividade em relação ao conhecimento técnico.....	51
Gráfico 5	– Grau de escolaridade em anos de estudo.....	52
Gráfico 6	– Grau de escolaridade em anos de estudo feminino.....	53
Gráfico 7	– Grau de escolaridade em anos de estudo masculino.....	53
Gráfico 8	– Fonte de renda.....	54
Gráfico 9	– Principais fontes de renda.....	54
Gráfico 10	– Fonte de renda por tipo.....	55
Gráfico 11	– Incentivos concedidos pelo pró-peixe.....	56
Gráfico 12	– Classificação da propriedade rural.....	57
Gráfico 13	– Utilização de controles x anos de estudo.....	58
Gráfico 14	– Tipos de controles x anos de estudo.....	59
Gráfico 15	– Finalidade dos controles.....	60
Gráfico 16	– Principal área de preocupação na cultura.....	60
Gráfico 17	– Mudanças na administração da propriedade após o ingresso no programa.....	61
Gráfico 18	– Oferecimento de cursos e treinamento após o ingresso no programa.....	62
Gráfico 19	– Avaliação do conhecimento técnico.....	62
Gráfico 20	– Mudanças no processo de distribuição x produção.....	63
Gráfico 21	– Nível de satisfação do cliente com o preço e qualidade.....	64
Gráfico 22	– Processo produtivo.....	65
Gráfico 23	– Volume de produção x treinamentos.....	66
Gráfico 24	– Satisfação do produtor x volume de produção.....	67
Gráfico 25	– Volume de produção x satisfação com desempenho financeiro.....	68
Gráfico 26	– Produção X Lucratividade.....	69
Gráfico 27	– Distribuição dos recursos do programa.....	70
Gráfico 28	– Desenvolvimento das habilidades técnicas x tempo da atividade.....	71
Gráfico 29	– Aperfeiçoamento da atividade.....	72
Gráfico 30	– Melhorias no processo de administração da propriedade.....	73
Gráfico 31	– Definição de objetivos, metas e realização de planejamento.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

APISMAR - Associação de Piscicultores de Santa Maria

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

BSC - Balanced Scorecard

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

COOPERCEDRO - Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria

COOPISCENTRO - Cooperativa dos Piscicultores de Santa Maria

EMATER/RS - Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IE - INSTRUÇÃO ESPECIAL

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

PIB - Produto Interno Bruto

PMSM - Prefeitura Municipal de Santa Maria

PROGER - Programa de geração de emprego e renda

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SMDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista estruturada dirigida aos produtores rurais do distrito de Boca do Monte pertencente ao Município de Santa Maria, participantes do programa desenvolvimento pró-peixe.....	82
Apêndice B – Tabelas de dados sobre o perfil dos produtores, com informações relativas ao gênero, faixa etária, tempo na atividade, experiências técnicas e incentivos recebidos.....	85
Apêndice C – Tabela de dados sobre a caracterização da propriedade rural dos participantes do estudo.....	87
Apêndice D – Tabelas de dados sobre perspectiva dos processos internos com informações sobre utilização de controles e suas finalidades, conhecimento técnico percepção dos produtores sobre as melhorias administração da propriedade.....	88
Apêndice E – Tabelas de dados sobre perspectiva do cliente relativa às informações sobre a utilização de canais de distribuição, qualidade dos produtos oferecidos, nível de satisfação do consumidor com o preço e o grau de preocupação com os aspectos relacionados à higiene e procedência dos produtos.....	90
Apêndice F – Tabelas de dados sobre a perspectiva financeira relativa às informações sobre o nível de satisfação do produtor e lucratividade da piscicultura, nível de satisfação com o volume de produção e a percepção do produtor sobre a contribuição do programa no desempenho financeiro da atividade.....	91
Apêndice G – Tabelas de dados sobre a perspectiva do aprendizado e crescimento relativo às informações do nível de aperfeiçoamento da técnica e da gestão da atividade, percepção do produtor sobre o desenvolvimento técnico, alcance de novas informações, melhorias no processo de administração da propriedade e a capacidade para definir objetivos e metas e realizar planejamento.....	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1 Desenvolvimento rural	13
2.2 Programas municipais de desenvolvimento rural de Santa Maria	17
2.2.1 Base metodológica para elaboração dos programas	18
2.2.2 Fonte dos recursos	18
2.2.3 Adesão aos programas	19
2.2.4 Elaboração dos projetos	20
2.2.5 Assistência técnica	20
2.2.6 Linhas de crédito	20
2.2.7 Agentes financeiros	20
2.3 Tipos de programas municipais de desenvolvimento rural	21
2.3.1 Programa municipal de fruticultura - pró-frutas	21
2.3.1.1 Objetivos	21
2.3.1.2 Beneficiários	21
2.3.1.3 Investimentos	21
2.3.1.4 Estágio do projeto	22
2.3.2 Programa municipal de floricultura - pró-flores	23
2.3.2.1 Objetivos	23
2.3.2.2 Beneficiários	23
2.3.2.3 Financiamentos	23
2.3.2.4 Estágio do projeto	24
2.3.3 Programa municipal de apicultura - pró-mel	24
2.3.3.1 Objetivos	24
2.3.3.2 Beneficiários	24
2.3.3.3 Financiamentos	24
2.3.3.4 Estágio do projeto	25
2.3.4 Programa municipal de piscicultura - pró-peixe	25
2.3.4.1 Objetivos	25
2.3.4.2 Beneficiários	25
2.3.4.3 Financiamentos	25
2.3.4.4 Estágio do projeto	26
2.3.5 Programa municipal de horticultura - pró-horta	26
2.3.5.1 Objetivos	26
2.3.5.2 Beneficiários	26
2.3.5.3 Financiamentos	27
2.3.5.4 Estágio do projeto	27
2.3.6 Programa municipal de ovinocultura - pró-ovino	28
2.3.6.1 Objetivos	28
2.3.6.2 Beneficiários	28
2.3.6.3 Financiamentos	28
2.3.6.4 Estágio do projeto	28
2.3.7 Programa municipal de bovinocultura de leite - pró-leite	29
2.3.7.1 Objetivos	29
2.3.7.2 Beneficiários	29
2.3.7.3 Financiamentos	29
2.3.7.4 Estágio do projeto	30

2.3.8 Programa municipal de agroindústrias - pró-agroindústria.....	30
2.3.8.1 Objetivos.....	30
2.3.8.2 Beneficiários.....	30
2.3.8.3 Financiamentos.....	31
2.3.8.4 Fatores limitantes.....	31
2.3.8.5 Estágio do projeto.....	31
2.3.9 Programa municipal de avicultura colonial - pró-frango.....	32
2.3.9.1 Objetivos.....	32
2.3.9.2 Beneficiários.....	32
2.3.9.3 Financiamentos.....	32
2.3.9.4 Estágio do projeto.....	33
2.3.10 Programa municipal de correção do colo - pró-calcário.....	33
2.3.10.1 Objetivos.....	33
2.3.10.2 Beneficiários.....	33
2.3.10.3 Estágio do projeto.....	34
2.3.11 Programa municipal de inseminação artificial - pró-cria.....	34
2.3.11.1 Objetivos.....	34
2.3.11.2 Beneficiários.....	34
2.3.11.3 Estágio do projeto.....	34
2.4 Contabilidade.....	35
2.5 O sistema de avaliação gerencial de desempenho.....	37
2.5.1 Perspectiva financeira.....	38
2.5.2 Perspectiva dos clientes.....	39
2.5.3 Perspectiva dos processos internos.....	41
2.5.4 Perspectiva de aprendizado e crescimento.....	42
3 METODOLOGIA.....	43
3.1 Classificação da pesquisa quanto à abordagem.....	44
3.2 Classificação da pesquisa quanto aos objetivos.....	44
3.3 Classificação da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos.....	45
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	48
4.1 Distrito de Boca do Monte	48
4.2 Perfil dos produtores.....	48
4.3 Caracterização da propriedade.....	57
4.4 Processos internos.....	58
4.5 Perspectiva do cliente.....	63
4.6 Perspectiva financeira.....	66
4.7 Perspectiva do aprendizado e crescimento.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERENCIAS.....	78
APÊNDICES.....	81

1 INTRODUÇÃO

No cenário econômico atual, nosso país esta em busca da consolidação da economia familiar, devido a sua contribuição para geração de emprego e renda, evitando o êxodo rural para os grandes centros urbanos.

O desenvolvimento deste tipo de economia sofre as conseqüências da falta de planejamento, organização e controle, visto aos diversos fatores que influenciam na atividade agrícola como a administração dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, captação de consumidores e o aumento da produção e lucratividade.

A problemática em relação às ações que promovem o desenvolvimento rural, encontram-se em aliar às necessidades de consumo aos métodos de cultivo, para que o volume produção seja capaz de suprir o mercado interno e possa gerar lucros suficientes aos produtores possibilitando,assim, a sobrevivência no campo.

Estas ações quando executadas de forma eficiente, oportunizam mudanças significativas na economia local, aperfeiçoando a atividade através da inserção de novas técnicas de cultivo, aumento da rentabilidade, melhorias na qualificação técnica e profissional do produtor e melhorando o desempenho na gestão dos recursos financeiros. Neste sentido, os programas visam potencializar o desenvolvendo rural, propondo medidas para minimizar a falta de conhecimento em cada tipo de cultura ou criação, com a realização de cursos, palestras e treinamentos, direcionados aos produtores cadastrados e que se enquadrem nos objetivos propostos pelos programas em cada área.

Com isso, faz-se necessário o monitoramento das atividades familiares para avaliação das mudanças inseridas em cada programa de desenvolvimento rural, devido aos vários aspectos que necessitam de atenção na cadeia produtiva, como a gestão dos resíduos, cuidados com os mananciais, técnicas de produção, organização e controle das atividades rurais e a gestão financeira dos recursos financeiros.

O assunto em questão surge, devido à preocupação com o fortalecimento da agricultura familiar e as necessidades em pesquisar métodos que possam avaliar o desempenho dos programas oferecidos pela administração pública, os quais visam desenvolver o seguimento agrícola local, elencando as melhorias atingidas e identificando possíveis falhas na execução do programa.

O estudo focaliza a identificação das melhorias obtidas na economia familiar após a implementação dos programas de desenvolvimento rural no Município de Santa Maria – RS. Partindo do exposto, apresenta-se como objetivos específicos os seguintes pontos: identificar de que forma os programas contribuíram para o fortalecimento da gestão na atividade rural; medir e comparar as principais mudanças ocorridas antes e depois do credenciamento ao programa; identificar se houveram melhorias nos recursos financeiros e qual a sua contribuição para o aumento da lucratividade e formação da renda familiar; verificar se os recursos disponibilizados pelos programas foram aplicados de forma a satisfazer as necessidades dos produtores.

A contabilidade como ciência social, contribui fornecendo informações confiáveis aos seus usuários para melhor desempenhar a gestão do patrimônio. Especificamente, no ramo da contabilidade rural, a preocupação com a gestão do negócio está em torno daqueles, que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.

Em função da representatividade dos recursos financeiros e da importância que o desenvolvimento rural local impacta a economia municipal, torna-se de grande importância o seu controle e avaliação através deste estudo.

Para isso, a pesquisa utilizou abordagem qualitativa, desenvolvida através da observação e descrição do tema, em relação à classificação do estudo quanto aos objetivos a pesquisa será explicativa, pois busca evidenciar as mudanças ocorridas com os fatos, os quais são objetos do estudo.

Quanto à coleta de dados o procedimento foi baseado na entrevista estruturada e, com relação aos procedimentos técnicos, o estudo será de cunho bibliográfico com a consulta de informações já abordadas e também utilizará fundamentos da pesquisa documental, devido a investigação em materiais que não receberam tratamento analítico.

Partindo dessa apresentação, o estudo foi estruturado em cinco capítulos, no qual o primeiro capítulo aborda a introdução do estudo em questão. O capítulo dois trata do embasamento teórico para a estrutura do trabalho. O capítulo três trata de apresentar a metodologia para realização do estudo. O capítulo quatro contempla a análise dos resultados relativos ao tema. Por último, o capítulo cinco, encarrega-se de apresentar as considerações finais relativas a toda pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica, também conhecida como referencial teórico, é à base da pesquisa científica, sendo necessário conhecer os trabalhos investigativos desenvolvidos por renomados pesquisadores para dinamizar o problema em análise.

O estudo da literatura auxiliará o pesquisador na definição dos objetivos do trabalho, construções teóricas, planejamento da pesquisa e fortalecimento do conhecimento sobre o tema em estudo.

A revisão bibliográfica possui um papel importante no trabalho acadêmico, pois, é através dela que serão obtidos os conhecimentos para compreensão dos fatos estudados e embasar as explicações sobre os resultados obtidos com a pesquisa, conforme elucida Silva (2003).

2.1 Desenvolvimento rural

A qualidade de vida e o desenvolvimento econômico rural, alicerçados nos conceitos de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, são assuntos em evidência nas discussões de pesquisadores, governantes e administradores públicos nos últimos anos. Visto a preocupação com o desenvolvimento sustentável dos métodos de produção e a busca pela inserção dos processos de gestão que possam auxiliar a administração dos recursos financeiros e sejam capazes de mensurar os resultados obtidos na economia familiar.

Na ótica de Conterato et al (2007), a falta de técnicas adequadas, a utilização excessiva de elementos químicos nas lavouras e a falta de planejamento das culturas, evidencia a carência de conhecimentos técnicos na gestão rural, impactando na queda da qualidade dos produtos e ocasionar danos ambientais como a contaminação dos solos e afluentes, limitando a capacidade produtiva do agricultor. Além disso, existem as consequências sociais, tais como a marginalização do pequeno produtor, uma vez que não consegue acompanhar o desenvolvimento dos grandes latifundiários, acaba sendo forçado a procurar fontes alternativas de renda nos centros urbanos.

A gestão da economia agrícola não é apenas uma preocupação daqueles que utilizam da manipulação dos recursos naturais para a sua sobrevivência.

Contudo, uma preocupação social, pois, a falta de planejamento e conhecimentos técnicos neste setor ocasiona o desequilíbrio econômico das regiões, tendo como conseqüências a falta de diversificação das culturas, a qual provoca o excesso de produção para determinados produtos, gerando sobras de algumas culturas e escassez de outras.

Nesse sentido surge à necessidade de buscar em outras localidades os produtos com carência de produção, dispersando, assim, a renda para outras localidades. Com o intuito de desenvolver as potencialidades da agricultura familiar, União, Estados e Municípios estão propondo programas para auxiliar no desenvolvimento rural que, segundo Froehlich (2010, p.13):

[...] o Estado visa aproximar a produção de pequenos agricultores familiares dos consumidores de alimentos, passando a ser importante não apenas como articulador das políticas, mas como acesso ao mercado e regulador dos preços dos alimentos, distanciando-se da visão de Estado apenas como ente protetor.

Para Peixoto (2008) atuar de forma diretiva na economia rural proporciona aos pequenos produtores alternativas para otimizar a utilização dos recursos financeiros aplicados na agricultura familiar, aliados a assistência técnica e a extensão rural, com notória importância para o processo de disseminação de novas tecnologias e conhecimentos essenciais ao desenvolvimento da economia rural, gerados a partir de uma pesquisa científica.

Para Peixoto (2008, p. 7) Extensão Rural significa:

[...] o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não. Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica.

Além de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do pequeno produtor, faz-se necessário o acompanhamento técnico e qualificado para fortalecer a agricultura familiar; fonte de subsídios para consolidação do conhecimento técnico, realizado através da troca de conhecimentos e experiências que possam agregar

valor à produção da pequena propriedade, e também da constante avaliação dos programas que visam a estas melhorias, para que o aperfeiçoamento das técnicas seja contínuo e atualizado, adequado às necessidades do produtor, evitando que ocorra o direcionamento de recursos para questões não relevantes ao desenvolvimento rural.

A administração pública deve planejar e executar as medidas para alavancar a economia rural considerando a complexidade de fatores que envolvem o setor agrícola, como incentivos fiscais, necessidade em investimentos para pesquisa e tecnologia e possibilitar a continuidade na assistência técnica e extensão rural

No aspecto legal a Constituição Federal de 1988 fixou no art. 187, IV que a:

política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

Além da Constituição federal, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política agrícola, conhecida como Lei Agrícola, que no seu Capítulo V, trata especificamente da assistência técnica e extensão rural para as medidas públicas que versam sobre o desenvolvimento rural. Sendo assim, a referida lei em seus artigos estabelece que:

[...] Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente.

Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando:

I - difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida do meio rural;

II - estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais;

III - identificar tecnologias alternativas juntamente com instituições de pesquisa e produtores rurais;

IV - disseminar informações conjunturais nas áreas de produção agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria.

Art. 18. A ação de assistência técnica e extensão rural deverá estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais.

As ações destinadas ao desenvolvimento rural devem ser elaboradas dentro do contexto atual em que se encontra a agricultura familiar, levando em consideração a existência do grande contingente de pequenos agricultores e a carência de conhecimentos técnicos enfrentados por eles, assim como as dificuldades para acesso as fontes de financiamento. Esses requisitos possuem grande importância para as definições das diretrizes dos programas que objetivam melhorias no campo. Sob esse relevante aspecto, Peixoto (2008, p. 43) expõe que:

Um modelo ou sistema único de assistência técnica e extensão rural dificilmente atenderia a toda a demanda potencial existente. O pluralismo de modelos que combinem financiamento e agentes públicos e privados, de modo a atender a todos os públicos é a melhor saída para um desenvolvimento mais rápido e sustentado. Nesse sentido, o Estado tem um papel ainda por cumprir através de um maior estímulo ao financiamento público da contratação de serviços estatais ou privados de assistência técnica e extensão rural.

A proximidade do agricultor com a administração pública, motiva laços de confiança, havendo maior interação entre os produtores, fornecedores, agentes de financiamento, poder público e, principalmente, os consumidores, o que permite melhor direcionamento e avaliação das ações destinadas à solução dos problemas econômicos do campo. Na administração pública, segundo Froehlich (2010, p.31):

A prática de adquirir produtos da agricultura familiar local tende a ser uma oportunidade de aplicar os recursos no próprio município, aumentando a circulação de riquezas e viabilizando a economia local. No caso da administração optar por adquirir gêneros alimentícios produzidos localmente, ela não opta apenas pelo agricultor local ou pelos escolares, mas pode desencadear um efeito multiplicador que aquece a economia de forma geral, beneficiando o comércio em geral. Ademais, para aqueles técnicos que se envolvem diretamente com a aquisição dos gêneros, o contato mais próximo com os fornecedores pode significar o aumento da possibilidade de negociação quanto ao tipo de produto a ser ofertado, qualidade, periodicidade de entrega, bem como à necessidade de uma eventual troca de produtos, gerando capital social entre os envolvidos.

Qualificar o produtor rural para que possa desenvolver suas atividades com técnicas adequadas, dentro das normas ambientais e sanitárias, significa para Froehlich (2010) oportunizar a venda dos seus produtos com a abertura de um novo

espaço de comercialização, no próprio município ou região, sem grandes dispêndios financeiros com transporte, porém, com uma fonte pagadora mais segura.

2.2 Programas municipais de desenvolvimento rural de Santa Maria

A Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM), através da Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural (SMDR), oferece programas para o desenvolvimento da agricultura familiar, levando em consideração a importância, cada vez maior, da agricultura no cenário econômico mundial.

Segundo a SMDR (2010), o consumo local de produtos agrícolas como frango; leite; hortaliças; mel; ovos; carne ovina; peixe; frutas; flores e produtos agroindustrializados, expande a cada dia, entretanto, poucos produzidos em Santa Maria, transferindo para outros municípios e estados mais de 320 milhões de reais por ano.

Com apoio oficial da Prefeitura Municipal de Santa Maria, aliado ao entusiasmo dos produtores, o Município pretende ampliar o seu espaço como fornecedor de produtos de qualidade no mercado regional e nacional. Dessa forma, oportunizando a geração de emprego e renda para os produtores do campo.

Esta expansão de mercado ocorrerá através do investimento em assistência técnica, tecnologias apropriadas, conquista de novos mercados consumidores e subsídios para a produção.

Os objetivos dos programas, segundo a SMDR (2010, p.4) são:

Estimular o aumento e diversificação dos produtos agropecuários, atendendo um mercado consumidor de quase 300 mil habitantes. O mercado local necessita de produtos oriundos da atividade rural como, frutas, carnes, verduras, cereais, ovos, mel, flores, produtos agroindustrializados, leites e derivados, com isso o consumidor ganhará em frescor e qualidade gerando emprego e renda no meio rural. Baseado nisso a PMSM por meio da SMDR, em conjunto com o escritório da EMATER, elaborou 11 programas de estímulo e apoio a produção primária, disponibilizando assistência técnica, orientação, acompanhamento, projeto técnico, curso de capacitação, auxílio no acesso ao crédito, subsídios de juros, patrulhas agrícolas, além de colaborar na comercialização destes produtos.

De acordo com a SMDR (2010), Santa Maria possui uma área agrícola de 144.054 hectares, com uma população rural em torno de 12 mil habitantes, distribuídos em 9 distritos (Santa Flora, Passo do Verde, Pains, Arroio do Só, Palma,

Arroio Grande, Santo Antônio, Boca do Monte e São Valentim). A produção agropecuária do município está baseada no cultivo da soja, arroz, mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar, porongo, entre outros, além da pecuária de corte e de leite.

A produtividade destas culturas possui uma participação de 2% no PIB municipal, sendo que a população urbana chega a quase 300 mil habitantes, com grande potencial de consumo.

2.2.1 Base metodológica para elaboração dos programas

A Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM), para desenvolver as bases metodológicas dos programas, organizou *workshop* envolvendo a cadeia produtiva inerente a cada área de interesse, reunindo, produtores, assistência técnica, extensão rural, fontes de comercialização, crédito e pesquisa, através de entidades como a EMATER, SDMR, UFSM, COOPERCEDRO, COOPISCENTRO, APISMAR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria, Associação Rural de Santa Maria, Ministério da Pesca e Aquicultura, entidades do 3º setor, redes de supermercados, Bancos, Câmara de Vereadores, Atacadistas, SEBRAE, SENAR, entre outros.

Foram discutidos os tipos de subsídios e as culturas abrangidas pelos programas, assim como, as espécies e qualidades que farão parte dos incentivos, e também as definições sobre as formas de assistência técnica e acompanhamento para os beneficiados nos programas.

Estes conjuntos de medidas possibilitarão ao produtor rural continuar no campo, produzindo com qualidade, escalonamento da produção, sendo capaz de gerar emprego e renda ao mesmo tempo em que torna o município autossuficiente em produtos que hoje são trazidos de outros municípios, estados e até de fora do país, girando em torno de 310,5 milhões de reais por ano, conforme PMSM (2010).

2.2.2 Fonte dos recursos

Para a implantação dos programas, a PMSM capta recursos através dos projetos do governo federal, estadual e municipal, ministério do desenvolvimento agrário, além da disponibilidade do crédito suplementar de 250 mil reais do fundo rotativo do Município de Santa Maria.

Estes recursos servem para subsidiar os dispêndios que a PMSM tem com a implementação e execução dos programas, como o fornecimento de insumos, materiais, treinamentos, visitas técnicas entre outros gastos necessários com a qualificação do produtor.

A Prefeitura também conta com a doação de materiais apreendidos pela Receita Federal, os quais são doados aos produtores devidamente cadastrados nos programas. Estes materiais são disponibilizados de acordo com a afinidade com cada projeto. Dessa forma, a SMDR controla os bens doados através do formulário de recebimento de bens.

Havendo necessidade de recursos para o desenvolvimento do programa na propriedade rural, o produtor terá disponível linhas de crédito através das parcerias da PMSM com os bancos como: Banrisul, Sicredi, Banco do Brasil, Banco do Povo e outras instituições de crédito.

Somente serão possíveis as captações destes recursos após a realização do projeto de viabilidade pela EMATER. Além disso, para facilitar o acesso ao crédito, a PMSM fica como aval destes produtores. Outra fonte de recursos para o agricultor é o Fundo Rotativo Municipal que concede crédito até o limite de R\$ 10.400,00, de acordo com a SDMR (2010).

2.2.3 Adesão aos programas

Segundo o Programa de Desenvolvimento Rural da PMSM (2010) os produtores rurais, terão a sua inclusão formalizada nos Programas Municipais após a assinatura do termo de adesão e elaboração de projeto técnico.

Terão prioridade aos recursos, produtores que façam parte, ainda que informalmente, de uma associação ou cooperativa de produtores.

Os projetos técnicos para produtores que estão iniciando, seja em qualquer das áreas de produção animal ou vegetal, deverão justificar a sua viabilidade e, ainda, a sua aptidão para a atividade.

Os interessados em fornecer pintos, alevinos, mudas, sêmem, entre outros, para os programas e, também, em obter recursos para investimentos em seus criatórios, viveiros, laboratórios, deverão formalizar o seu interesse através de formulário fornecido pela SMDR onde, posteriormente, serão avaliados pelo comitê técnico de cada programa, conforme PMSM (2010).

2.2.4 Elaboração dos projetos

Os projetos deverão ser elaborados por técnicos da EMATER/SMDR, com prévia aprovação cadastral pelo Agente Financeiro. Todos os projetos deverão contemplar e indicar o responsável pela assistência técnica. Além disso, o projeto técnico para obtenção de crédito deverá constar justificativa técnico-climática e viabilidade de mercado, conforme o programa da PMSM (2010).

2.2.5 Assistência técnica

Quando a linha de financiamento for o PRONAF, a EMATER não cobrará as taxas de assistência técnica e elaboração do projeto. Porém, tratando-se de outras linhas de crédito, a taxa cobrada será de 1%.

Em ambos os casos a assistência técnica deverá ser prestada normalmente, incluindo a realização de vistorias de supervisão e orientação técnica e o encaminhamento dos respectivos laudos. Contudo, a periodicidade da assistência técnica deve ser estabelecida pelo técnico.

Conforme a PMSM (2010) a elaboração do primeiro laudo deverá ser em 90 dias após a contratação da operação, nunca ultrapassando 180 dias. Compete ao comitê técnico definir o número de laudos necessários para cada projeto,

2.2.6 Linhas de crédito

As linhas de crédito disponíveis para implantação dos programas de desenvolvimento rural são: o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), o Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), recursos próprios dos agentes financeiros e outras linhas de crédito à disposição dos programas, conforme a PMSM (2010).

2.2.7 Agentes financeiros

Os financiamentos poderão ser concedidos através das linhas de crédito, citadas anteriormente, pelos seguintes agentes: Banco do Brasil, Banrisul, BRDE, Sicredi, Banco do Povo e outros agentes financeiros, conforme a PMSM (2010).

2.3 Tipos de programas municipais de desenvolvimento rural

Os programas municipais de desenvolvimento rural de Santa Maria visam estimular o aumento e diversificação dos produtos agropecuários, atendendo um mercado consumidor de quase 300 mil habitantes.

2.3.1 Programa municipal de fruticultura - pró-frutas

A fruticultura é uma atividade com emprego intensivo de mão-de-obra, e pode gerar elevado valor de produção por hectare.

2.3.1.1 Objetivos

Destina-se a ampliar a participação da fruticultura na matriz produtiva do município, substituir importações, ampliar exportações, suprir comércio local e melhorar a renda dos produtores rurais locais.

2.3.1.2 Beneficiários

Pequenos produtores que atuam no setor de fruticultura e os novos produtores interessados em aderir aos projetos.

2.3.1.3 Investimentos

Serão financiadas operações para implantação e custeio de pomares para as frutíferas descritas no Quadro 1 e 2, onde são sugeridas as respectivas áreas mínimas para financiamento a produtores que ainda não tenham pomares comerciais. Áreas inferiores serão analisadas mediante justificativa técnica. Os valores pleiteados para financiamentos de custeio e investimento serão aqueles estabelecidos pelo projeto técnico.

Deverão ser priorizados investimentos em máquinas, equipamentos, irrigação, adubagem e outros bens, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade das frutas produzidas e a sustentabilidade do pomar, conforme especificações da PMSM (2010).

Cultura	Área Mínima Financiada em (há)	Cultura	Área Mínima Financiada em (há)
Laranja	0,5	Figo	0,3
Bergamota	0,5	Pêssego	0,5
Uva de mesa	3,0	Limão	0,2
Melancia	0,7	Morango	0,25
Melão	0,3	Goiaba	0,5
Nogueira	0,7	Maracujá	0,3

Quadro 1 - Áreas mínimas para financiamentos de pomares

Espécie	Variedades
Bergamoteira	Monteegrina, Ponkan, Nova Oktisu, Ortanique
Figueira	Roxo de Valinhos
Goiabeira	
Laranjeira	Valência, Folha Murcha, Monte Parnaso Bavelate
Limoeiro	Taiti
Maracujazeiro	
Melancieira	
Melão	
Nogueira	
Pêssegueiro	Granada maciel, Leonense, Eldorado
Videira	Niágara Branca e Rosa, Isabel, Francesa e Bordô
Morango	Camarosa, de verão, Dower, Tudla

Quadro 2 – Espécies e variedades definidas para financiamentos

2.3.1.4 Estágio do projeto

Segundo a SDMR (2010), o pró-fruta é o projeto com estágio menos avançado. Atualmente o cultivo de nozes é a cultura mais desenvolvida no programa.

Com relação a cadeia produtiva o programa visa a redução dos desperdícios por perdas de materiais, energia e produtos, procura reduzir o custo de produção e também atender alguns requisitos necessários a comercialização.

O Prefeito Municipal de Santa Maria realizou estudos na Europa para discussão de investimentos para aumentar a captação de recursos para o setor, visando desenvolver desde o grande ao pequeno fruticultor.

2.3.2 Programa municipal de floricultura - pró-flores

A floricultura é uma atividade de alta densidade econômica e grande geradora de empregos.

2.3.2.1 Objetivos

O projeto busca integrar esforços de todos os segmentos interessados em estimular o aumento da produção, com vistas ao mercado local, o qual necessita importar de outros municípios devido à carência de produtores locais.

2.3.2.2 Beneficiários

O público beneficiado com esse programa são pequenos produtores que atuam no setor de floricultura, os quais devem aderir ao programa através da SMDR e solicitar elaboração do projeto técnico de na sua propriedade.

Segundo as normativas do programa, terão prioridade aos benefícios os produtores que façam parte de uma Associação ou Cooperativa, localizada estrategicamente próxima aos locais de produção. Os Projetos técnicos para agricultores que estão iniciando na floricultura deverão conter justificativa de viabilidade econômica e, ainda, a aptidão do produtor para a atividade.

Ainda, os produtores deverão participar de palestras técnicas, cursos de capacitação, em órgãos definidos pela SMDR/PMSM/EMATER e também participar de excursões técnicas a propriedades modelo.

2.3.2.3 Financiamentos

Serão financiadas operações para implantação e custeio dos ambientes de produção para as espécies de flores e plantas ornamentais. Deverão ser priorizados investimentos em ambientes protegidos, (casa de sombra e estufas), sistemas de irrigação, sistemas de fertirrigação, equipamentos para controle fitossanitário, instalações para armazenamento pós-colheita, quebra-vento e outros bens, que visem contribuir com o aumento da produtividade e da qualidade das flores e plantas ornamentais produzidas, além da sustentabilidade e oferta contínua da produção.

2.3.2.4 Estágio do Projeto

Segundo a SDMR (2010), apesar do número reduzido de produtores, o pró-flor esta com estagio bem desenvolvido. A produção é comercializada através da realização de exposições, feiras, além disso, a Prefeitura absorve parte da produção para a decoração dos canteiros e praças da cidade.

2.3.3 Programa municipal de apicultura - pró-mel

2.3.3.1 Objetivos

Promover o desenvolvimento técnico e econômico da apicultura santamariense e aumentar a sua competitividade, baseado na produtividade e qualidade, através da criação dos parques agro-apícolas familiares. Ainda, orientar quanto aos procedimentos e formas de legalização da atividade.

2.3.3.2 Beneficiários

São beneficiários do crédito rural ao amparo do pró-mel, os produtores localizados no município que manifestarem interesse em participar do Programa.

2.3.3.3 Financiamentos

Será financiada para implantação do apiário a compra de núcleos habitados com 05 (cinco) ou mais quadros completos com cria e mel, com rainha em postura, com padrão Langstroth (Americano). Abelhas da espécie *Apis mellífera*.

Os valores pleiteados para financiamentos de custeio e investimento serão aqueles estabelecidos pelo projeto técnico.

Somente serão financiados Núcleos Habitados oriundos de propriedades previamente credenciados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural/EMATER.

Deverão ser priorizados investimentos em caixas padrão americanos e padrão ABNT, Casa de extração de mel, mesa desoperculadora de inox, centrifuga de inox, filtro duplo, decantadores de inox, arame inox, cera alveolada, fumegador

padrão, Equipamento de Proteção Individual (EPI) e outros bens, que visem a melhoria da produtividade e da qualidade do mel produzido e a sustentabilidade da criação.

2.3.3.4 Estágio do projeto

Conforme a SDMR (2010), o pró-mel, está bastante desenvolvido em termos de técnica, a maioria dos produtores esta na faixa etária dos 60 anos. No tangente à qualidade do produto, o Município está pronto para exportar mel e expandir o cultivo na região.

2.3.4 Programa municipal de piscicultura - pró-peixe

2.3.4.1 Objetivos

O programa consiste em ampliar e incentivar a criação de peixes por produtores rurais em pequenos açudes, com fins comerciais. Identificar e classificar os produtores de peixe já existentes no município, estabelecendo critérios e normatizando a atividade no município.

2.3.4.2 Beneficiários

Pequenos produtores rurais criadores ou não, que pretendam ter na piscicultura uma atividade econômica e, que se enquadrem nas normas de adesão e viabilidade técnica.

2.3.4.3 Financiamentos

Serão financiadas operações para implantação de piscicultura de águas interiores e espécies de peixes no Quadro 3. Os valores pleiteados para financiamentos de custeio e investimento serão aqueles estabelecidos pelo projeto técnico.

Deverão ser priorizados investimentos em tanques, equipamentos, e outros bens que visem a melhoria da produtividade e da qualidade dos peixes produzidos e a sustentabilidade da criação.

Espécie	Variedades
Carpa	Úngara, Capim, Prateada, Cabeça Grande
Jundiá	
Lambari	

Quadro 3 – Espécies a serem financiadas

2.3.4.4 Estágio do projeto

Conforme a SDMR (2010), o pró-peixe é o programa mais desenvolvido na região. Já construiu 47 tanques de cultivo, além de adquirir através do projeto do Governo Federal o caminhão do peixe, que auxilia na comercialização da produção.

O programa é responsável pela fiscalização, abate e comercialização dos peixes, além de fornecer orientações técnicas aos produtores, para melhorias na qualidade dos animais.

2.3.5 Programa municipal de horticultura - pró-horta

2.3.5.1 Objetivos

O Pró-Horta, juntamente com os demais programas da Secretaria de Desenvolvimento Rural, visa a devolver aos produtores, pelo menos uma condição de igualdade, para a comercialização de seus produtos na região.

2.3.5.2 Beneficiários

Produtores de hortigranjeiros beneficiados pelo aumento da produção e por melhores preços. Consumidores de hortigranjeiros, com oferta de mais e melhores produtos, a preços estáveis.

2.3.5.3 Financiamentos

Serão financiadas operações para implantação e custeio das hortas, culturas e variedades descritas no quadro 4, onde a área mínima sugerida é de um hectare para financiamento a produtores que ainda não tenham hortas comerciais.

Deverão ser priorizados investimentos em plasticultura, irrigação, encanteiradeira, pulverizadores e outros bens, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade das hortaliças e à sustentabilidade da produção.

Espécie	Variedades
Alface	Lisa, Crespa, Roxa, Mimoso-americana, Ramoso, Híbrido
Batata-doce	
Berinjela	
Beterraba	
Brócolis	
Cebola	
Cenoura	
Cheiro Verde	
Couve	Manteiga, Verde
Mandioca	
Milho Verde	
Moranga	Comum, Cabotia
Pepino	
Pimentão	
Repolho	Verde, Roxo
Rúcula	
Tomate	

Quadro 4 – Espécies a serem financiadas

2.3.5.4 Estágio do Projeto

Segundo a SDMR (2010), o projeto pró-horta está organizado e os produtores estão com as culturas diversificadas e realizando o escalamento de produção para suprir as carências do mercado consumidor

2.3.6 Programa municipal de ovinocultura - pró-ovino

2.3.6.1 Objetivos

Possibilitar ao produtor rural, ovinocultor ou não, a ampliação ou implantação da produção e do mercado ovinocultor do município e região. Programar a criação através de incentivos e instrumentos capazes de alavancar os mercados regionais e nacionais.

2.3.6.2 Beneficiários

Toda cadeia produtiva de ovinocultura será atingida no programa principalmente aqueles interessados em aumentar seu mercado, ou seja, em incluir-se no mercado produtor e fornecedor de ovinos no município.

2.3.6.3 Financiamentos

Serão financiadas operações para implantação da ovinocultura animais das espécies de carne, leite e lã.

No caso dos machos e fêmeas, deverão ser de raças definidas e com avaliação de técnicos credenciados pela SMDR e, ainda com exames sanitários e reprodutivos.

Os valores pleiteados para financiamentos de custeio e investimento serão aqueles estabelecidos pelo projeto técnico.

Deverão ser priorizados investimentos em cercas, banheiros de imersão, balanças, bretes e outros bens, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade dos animais produzidos e a sustentabilidade da criação.

2.3.6.4 Estágio do projeto

Segundo a SDMR (2010), o pró-ovino não está em um estágio avançado, é necessário organizar a produção e disseminar a produção na região.

2.3.7 Programa municipal de Bovinocultura de leite - pró-leite

2.3.7.1 Objetivos

Reestruturar a pequena propriedade rural produtora de leite, de forma a viabilizar sua permanência no mercado, em regime familiar de exploração. Cada produtor deverá ter metas mínimas as quais serão elencadas pelos técnicos do programa, com apoio ainda de cooperativas e indústrias do setor.

2.3.7.2 Beneficiários

Pequenos produtores de leite ligados às cooperativas e indústrias participantes da cadeia de produção. Esses produtores devem aderir ao programa através da SMDR e pedir a elaboração de um projeto técnico de viabilidade dentro de sua propriedade.

2.3.7.3 Financiamentos

Serão financiadas operações para implantação da bovinocultura leiteira, animais das raças Holandês e Jersey, exclusivamente fêmeas, com no máximo 3 anos de idade, prenhes, com os seguintes exames, tuberculose, brucelose, IBR/BVD, leptospirose e *neospora caninun*.

Os valores pleiteados para financiamentos de custeio e investimento serão aqueles estabelecidos pelo projeto técnico.

Somente serão financiados animais oriundos de propriedades previamente credenciados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural/ EMATER.

Deverão ser priorizados investimentos em piquetes, salas de ordenha, ordenhadeiras mecânicas, resfriadores de expansão, botijões de sêmen, e outros bens, que visem a melhoria da produtividade e da qualidade do leite produzido e a sustentabilidade da criação.

2.3.7.4 Estágio do projeto

Conforme a SDMR (2010), o pró-leite esta em um estágio avançado de desenvolvimento, as medidas do programa visam a diminuir os custos da ração dos animais, através da implantação do Pasteio Rotativo Voisan (PRV), para explorar as potencialidades das pastagens, melhorando a qualidade do leite produzido.

O programa ainda explora melhorias na genética dos animais, com o fornecimento de sêmen para aprimoramento do rebanho, o que garante qualidade no produto e a garantia do mercado consumidor.

2.3.8 Programa municipal de agroindústrias - pró-agroindústria

2.3.8.1 Objetivos

Este processo permitirá maior competitividade dos nossos produtos, de forma a atender à demanda já existente de produtos derivados de carnes, derivados de leites, produtos de frutas e hortaliças, bebidas, mel, produtos de panificação e massas frescas da culinária italiana nos mercados locais e regionais.

O programa disponibiliza linhas de crédito para a implantação, ampliação, adequação, reestruturação e custeio de agroindústrias de agricultores familiares. O mesmo gera mecanismos para facilitar o acesso dos agricultores familiares às linhas de crédito e, ainda, identificar, apoiar e divulgar iniciativas de incentivos estaduais e municipais para agroindústrias.

2.3.8.2 Beneficiários

Novos e já existentes, criadores e produtores rurais aptos à implantação de agroindústrias, os quais apresentem condições de responder a exigências técnicas estabelecidas pelo programa, e, que passem pela triagem feita pelos técnicos habilitados no programa.

O produtor devera inscrever-se no programa junto a Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR).

O produtor devera participar de cursos de capacitação e visitas técnicas a propriedades modelo.

2.3.8.3 Financiamentos

Serão financiadas operações para implantação e custeio de Agroindústrias descritas a seguir, no Quadro 5, onde são sugeridos tipos de agroindústrias para financiamento a interessados que ainda não tenham agroindústrias ou queiram incrementar já existentes. Casos omissos serão mediante justificativa técnica.

Deverão ser priorizados investimentos em máquinas, equipamentos, matéria-prima, e outros bens, que visem à melhoria da produção e da qualidade dos produtos além da sustentabilidade ambiental da agroindústria.

Tipos de Agroindústrias
Agroindústrias
Cárneos
Hortícolas
Lácteos
Frutas
Panificação e Massas

Quadro 5 – Tipos de agroindústrias beneficiadas com financiamentos

2.3.8.4 Fatores Limitantes

Investimentos em agroindústrias a ser financiado que apresentarem risco para êxito do empreendimento devido à presença de fatores limitantes, dentre outros. Risco ao meio ambiente não deverá ser financiado.

O responsável técnico pelo projeto deverá avaliar essa situação e buscar alternativas de produtos, se for o caso. As mesmas deverão atender a legislação vigente

2.3.8.5 Estágio do Projeto

Segundo a SDMR (2010), o projeto pró-agroindústria está em estágio avançado de desenvolvimento, assessorando 26 agroindústrias, orientando as construções, qualidade do produto, higiene, rotulagem e comercialização dos produtos.

2.3.9 Programa municipal de avicultura colonial - pró-frango

2.3.9.1 Objetivos

Auxiliar o produtor rural, avicultor ou não, na implantação da produção de frangos e ou ovos coloniais, agregando renda à atividade rural. Dessa forma, gerando oportunidade ao produtor de acessar o mercado municipal ou regional.

2.3.9.2 Beneficiários

Produtores rurais interessados na produção de frango e ovos coloniais, o programa atingira principalmente aqueles interessados em aumentar seu mercado, ou seja, em incluir-se no mercado produtor e fornecedor de frango e ovos coloniais no município.

O produtor devera participar de cursos de capacitação e visitas técnicas a propriedades modelo.

2.3.9.3 Financiamentos

Serão financiadas operações para implantação de avicultura, animais das raças Coloniais conforme quadro 6. Casos especiais serão analisados pelo Comitê Técnico. Os animais deverão ser adquiridos de aviários previamente cadastrados na SMDR.

Os valores pleiteados para financiamentos de custeio e investimento serão aqueles estabelecidos pelo projeto técnico.

Deverão ser priorizados investimentos em aviários, piquetes e outros bens que visem a melhoria da produtividade e da qualidade dos frangos e ovos produzidos assim como a sustentabilidade da criação.

Frango de Corte	Poedeiras
Label Rouge	-----
Master	-----

Quadro 6 – Linhagens de frango de corte e poedeiras coloniais

2.3.9.4 Estágio do projeto

Segundo a SDMR (2010), o pró-frango esta em um estágio adiantado, a Prefeitura se responsabiliza pelo projeto, pelo fornecimento dos pintos, abate e comercialização. Cabe ao produtor os manejos para cuidado dos animais.

A secretaria de desenvolvimento rural almeja atingir um mercado consumidor para um frango colonial que seja diferenciado em termos de qualidade.

2.3.10 Programa municipal de correção do solo – pró-calcário

2.3.10.1 Objetivos

Viabilizar a correção da acidez do solo e, através desta, a melhoria do nível de fertilidade dos solos do município, contribuindo para melhoria da situação econômica dos pequenos produtores rurais.

Visa ainda, fortalecer os processos de parceria, descentralização e municipalização do desenvolvimento agrícola.

2.3.10.2 Beneficiários

Pequenos produtores rurais, classificados conforme a adesão prévia pela SMDR que atendam as condições estabelecidas e que passem pela triagem feita pelos técnicos habilitados no programa.

Serão disponibilizadas no máximo 15 (quinze) toneladas de calcário por produtor dentro do mesmo ano calendário, além disso, as despesas como frete e distribuição ficarão por conta do agricultor.

2.3.10.3 Estágio do projeto

Conforme a SDMR (2010), pró-calcário está em pleno desenvolvimento, pois auxilia todos os demais projetos, além de ser subsidiado pela prefeitura municipal.

2.3.11 Programa municipal de inseminação artificial – pró-cria

2.3.11.1 Objetivos

Disponibilizar aos Produtores Rurais, inscritos no Pró-Leite, acesso a inseminação artificial, possibilitando a ele sêmen de qualidade, promovendo o melhoramento genético de seu rebanho, trazendo aumento da produção leiteira do município.

2.3.11.2 Beneficiários

Produtores rurais que estejam participando do pró-Leite , aptos à utilização da inseminação artificial, os quais apresentem condições de responder a exigências técnicas estabelecidas pelo programa, e que passem pela triagem realizada pelos técnicos habilitados no programa. Todas as despesas relacionadas com o inseminador ficarão a cargo do produtor interessado no programa.

2.3.11.3 Estágio do projeto

Conforme a SDMR (2010), o pró-cria está em desenvolvimento, com o intuito de auxiliar o pró-leite, visa à melhoria da qualidade do leite produzido na região.

A descrição dos projetos mostra, segundo Secretaria de Desenvolvimento Rural, o andamento em termos administrativo dos projetos de desenvolvimento, é preciso avaliar os projetos implantados através de um instrumento possível de demonstrar o desempenho localizado de cada um.

Neste ponto pode-se vislumbrar duas alternativas de avaliar o desempenho: dados contábeis e opinião dos beneficiados.

Um fator de grande importância na avaliação dos resultados obtidos com as atividades está na contabilidade, que é responsável por fornecer subsídios para controlar e avaliar qualquer seguimento de atividade econômica.

Com um sistema contábil adequado é possível evidenciar o conjunto de informações que provocaram mudanças nas atividades.

2.4 Contabilidade

A contabilidade é a ferramenta essencial para o sucesso de qualquer atividade, seja a empresa, comercial, industrial ou rural. É através da ciência contábil que as organizações realizam o controle do seu patrimônio, utilizando as informações geradas para administrar e controlar os fatos que poderão interferir de forma positiva ou negativa no conjunto de bens, direitos e obrigações.

Para Ribeiro (2010, p. 10) a principal finalidade da contabilidade é:

[...] fornecer informações sobre o patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitam as tomadas de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários como também por parte daqueles que pretendem investir na empresa.

O autor esclarece que as informações de ordem econômica e financeira diferem-se em duas maneiras: a primeira por tratar da evidenciação de lucros ou prejuízos apurados pelas atividades operacionais e a segunda pelo controle do fluxo de caixa que atentará para as movimentações de entrada e saída de recursos no caixa. Neste sentido é fundamental a utilização da informação contábil na atividade rural, visto a importância dos dados gerados, com as alterações no faturamento, aumento da renda, melhorias no ativo imobilizado, este conjunto de dados auxiliam na escolha de indicadores para avaliar o desempenho do negócio.

Os autores Velter e Missagia (2006) destacam que a contabilidade possui uma função administrativa responsável pelo controle patrimonial e planejamento empresarial, assim como, uma função econômica que é responsável pela apuração do resultado.

Nesta conceituação, fica evidente a importância da contabilidade como fonte de informação sobre o patrimônio, permitindo ao gestor tomar decisões que nortearam as atividades do negócio, sendo fundamental medir a relevância da informação que, na elucidação de Velter e Missagia (2006, p. 4):

[...] tornam possível à avaliação da situação econômica e financeira e dão subsídios para a tomada de decisões dentro da entidade. Sendo assim, por meio da contabilidade, o diretor de uma empresa reúne condições de avaliar os recursos à sua disposição, se houve lucro ou prejuízo no período, determinar o custo da produção etc. Por isso, essas informações devem ser as mais amplas possíveis, evidenciando todos os aspectos relevantes, tanto quantitativos quanto qualitativos, que possam interferir no patrimônio das entidades.

Outro fator importante para determinar a relevância da informação segundo Velter e Missagia (2006) é a necessidade das organizações em primar pela evidenciação de todos os dados contábeis de forma a contribuir para o controle patrimonial e processo de tomada de decisão pelos usuários da informação contábil.

Dentro deste contexto da boa informação Velter e Missagia (2006, p.4) ressaltam que “deve a contabilidade, se for necessário, guiar-se pela essência ao invés da forma”.

O Conselho Federal de contabilidade (CFC), através da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 1, 1995) define que:

1.4.1 - A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação.

1.4.2 - A confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo.

§ 1º A veracidade exige que as informações contábeis não contenham erros ou vieses, e sejam elaboradas em rigorosa consonância com os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, na ausência de norma específica, com as técnicas e procedimentos respaldados na ciência da contabilidade, nos limites de certeza e previsão por ela possibilitados.

Dentro dos conceitos e definições apresentados e de acordo com a exposição de autores citados, fica evidente a importância da contabilidade como ferramenta para gestão da informação; como para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Percebe-se que o papel da informação será orientar o gestor sobre a composição de ativos e passivos, através dos relatórios contábeis, elaborados adequadamente, que servirão para elaboração de um planejamento, bem como, acompanhar e avaliar se os objetivos foram alcançados, segundo Velter e Missagia (2006).

A necessidade de informações sobre o patrimônio de qualquer empresa, seja qual for seu ramo de atividade, ultrapassa o conceito de quantificar e limitar o conjunto de bens, direitos e obrigações em demonstrativos numéricos. É necessário qualificar esses números, através de análises, projeções, simulações extraindo o máximo de qualidade patrimonial que podem evidenciar.

Sendo assim, o ramo da contabilidade é responsável por fornecer subsídios para controlar e avaliar qualquer seguimento de atividade econômica, sendo capaz de evidenciar o conjunto de informações que provocaram mudanças na atividade.

2.5 O sistema de avaliação gerencial de desempenho

É notória a contribuição da contabilidade como fonte de informações para o processo de gestão. É através do conjunto de demonstrações financeiras que existe a possibilidade de controlar o patrimônio de uma empresa.

Porém, quando fala-se em avaliação de desempenho, deve-se ir além do relatório financeiro, é necessário compreender o conjunto de variáveis que se relacionam e oportunizam o resultado alcançado, Kaplan e Norton (1997).

A avaliação do desempenho do empreendimento deve estar mais focada nas decisões tomadas com relação ao uso de recursos do que nos próprios recursos financeiros, visto que, os indicadores financeiros somente mostram o comportamento dos recursos.

O reflexo das decisões pode ser visualizado através da análise de balanços e relatórios financeiros e gerenciais em geral, onde é focalizado o comportamento de indicadores econômico-financeiro; de resultados da produção; das vendas; das políticas de crédito; de investimento; de marketing; de qualidade e outros indicadores que possam traduzir em expressão numérica o reflexo das ações administrativas sobre a estrutura operacional, financeira e estrutura do capital.

O sistema de avaliação de desempenho tem papel fundamental na gestão dos recursos financeiros, pois auxilia no processo de tomada de decisão, na alocação dos recursos e correção de falhas no processo.

Além disso, proporciona a identificação das variáveis que afetam o desempenho da organização, devendo essas ser mensuráveis e de acordo com os objetivos da empresa.

Outro fator determinante para que a avaliação de desempenho possa ser realizada com eficiência é a correta definição dos indicadores estratégicos que estabelecem um sistema de relação de causa e efeito, englobando a combinação dos indicadores e as ocorrências que demonstram os reflexos no desempenho, (Kaplan e Norton, 1997).

As ferramentas contábeis utilizados pela maioria das empresas estão restritas aos relatórios financeiros, elaborados periodicamente, que refletem resultados passados. Além disso, a apresentação das informações torna-se inflexível, devido a sua estrutura possuir exigências legais para apresentação das informações.

Como as medidas de desempenho devem estar ligadas a estratégia e o aprimoramento do negócio, o *balanced scorecard* (BSC) reúne elementos financeiros e não financeiros, que ajudam a avaliar o desempenho das empresas.

Para Kaplan e Norton (1997, p.8):

O *balanced scorecard* complementa as medidas financeiras do desempenho passado com medidas dos vetores que impulsionam o desempenho futuro. Os objetivos e medidas do *scorecard* derivam da visão e estratégia da empresa. Os objetivos e medidas focalizam o desempenho organizacional sob quatro perspectivas: financeira, do cliente, dos processos internos e aprendizado e crescimento.

O *balanced scorecard* (BSC) exprime a missão e estratégia em objetivos e medidas, sendo organizados em quatro perspectivas diferentes, a financeira, do cliente, dos processos internos e do aprendizado e crescimento, Kaplan e Norton (1997).

Para Kaplan e Norton (1997, p.8):

As quatro perspectivas do *scorecard* equilibram os objetivos de curto prazo e longo prazo, os resultados desejados e os vetores do desempenho desses resultados, as medidas objetivas concretas e as medidas subjetivas mais imprecisas. Embora a multiplicidade de medidas que o *Balanced Scorecard* contém possa parecer confusa, *scorecards* bem elaborados, se caracterizam pela unidade de propósito, posto que todas as medidas apontam para execução de uma estratégia integrada

2.5.1 Perspectiva financeira

O *balanced scorecard* propõem a vinculação dos objetivos financeiros à estratégia global da empresa, sendo que servem como foco para os objetivos e mensuração das outras perspectivas.

As questões financeiras como o aumento da receita, melhoria dos custos e da produtividade, servem de parâmetro para integrar às quatro perspectivas, Kaplan e Norton (1997).

O BSC caracteriza as empresas em seus três estágios do ciclo de vida, crescimento, sustentação e colheita, pois os objetivos financeiros podem sofrer variações dependendo da fase em que a empresa esteja.

Para Kaplan e Norton (1997), os objetivos financeiros em cada uma das fases são bastante distintos. Para as empresas em crescimento serão os percentuais de

aumento da receita e volume de vendas, visto que, neste estágio, talvez necessitem comprometer seus recursos financeiros para desenvolver e aperfeiçoar seus produtos e serviços.

Aquelas que se encontram na fase de sustentação estabelecem objetivos financeiros relacionados à lucratividade, sendo expressos através de medidas relacionadas às receitas contábeis.

Para as que já estão na fase da colheita, os objetivos financeiros seriam o fluxo de caixa e a diminuição da necessidade do capital de giro.

Segundo Kaplan e Norton (1997), mesmo que as empresas apresentem diferentes ciclos de vida, a redução de custos e a melhoria de produtividade é fator determinante para atingir os objetivos financeiros.

As empresas que estão em fase de crescimento, terão dificuldades para redução de custos. Assim, a alternativa será melhorar a qualificação profissional dos recursos físicos e humanos para oferecer maior valor agregado a produtos e serviços.

Na sustentação, as organizações devem focalizar para redução dos custos unitários, pois contribuem para aumentar a produtividade e melhorar a taxa de retorno sobre o investimento realizado.

Outro fator importante para realização dos objetivos financeiros é o controle do ciclo de caixa, essencialmente no controle de contas a receber, a pagar e estoque.

Para Kaplan e Norton (1997), o ciclo de caixa expressa o tempo necessário para que a empresa converta os pagamentos efetuados aos fornecedores em recebimento dos seus clientes.

2.5.2 Perspectiva dos clientes

A perspectiva do cliente possibilita que as empresas direcionem seus resultados analisando os elementos essenciais do relacionamento com os clientes, como: satisfação, fidelidade, retenção, captação e lucratividade, além disso, devem relacionar as exigências a qualidade e o preço impostas pelo mercado.

Kaplan e Norton (1997, p.67):

Antes, as empresas podiam se concentrar em suas capacidades internas, enfatizando o desempenho dos produtos e a inovação tecnológica. Porém as empresas que não compreenderam as necessidades dos clientes acabaram constatando que os concorrentes lhes tomavam mercado oferecendo produtos ou serviços melhor alinhados às preferências desses clientes. Por isso, as empresas hoje estão voltando seu foco para fora, para os clientes.

As cinco medidas apresentam características generalistas a todos os tipos de empresas, para que os reflexos na administração dos clientes sejam significativos é necessário que sejam customizados para os grupos de clientes, com os quais a empresa espera obter seu maior crescimento ou lucratividade.

As medidas essenciais conforme Kaplan e Norton (1997, p.72) são:

Participação de mercado: Reflete a proporção de negócios num determinado mercado (em termos de cliente, valores gastos ou volume unitário vendido).

Captação de clientes: Mede, em termos absolutos ou relativos, a intensidade com que a unidade negócios atrai ou conquista novos clientes ou negócios.

Retenção de clientes: Controla em termos absolutos ou relativos, a intensidade com que uma unidade de negócios retém ou mantém relacionamentos contínuos com seus clientes.

Satisfação dos clientes: Mede o nível de satisfação dos clientes de acordo com critérios específicos de desempenho dentro da proposta de valor.

Lucratividade dos clientes: Mede, o lucro líquido de cliente ou segmentos, depois de deduzidas as despesas específicas necessárias para sustentar esses clientes.

Além das medidas essenciais, utilizadas como ferramentas de mensuração da perspectiva dos clientes, outro fator de suma importância é a qualidade dos produtos e serviços ofertados pela empresa. Nos últimos anos, a qualidade deixou de ser vantagem estratégica e transformou-se em necessidade competitiva.

Outro fator determinante é a questão dos preços dos produtos e serviços, oferecidos pela empresa, para Kaplan e Norton (1997), os clientes sempre estarão preocupados com o valor que pagam pelos produtos, entretanto, podem ocorrer oscilações, dependendo do segmento em que a empresa atua.

Segundo Kaplan e Norton (1997), em mercados onde o preço de venda exerce grande influencia sobre a decisão de compra, as empresas devem acompanhar o preço líquido de venda, com base nos concorrentes.

2.5.3 Perspectiva dos processos internos

Nesta perspectiva são identificados os processos críticos nos quais a organização deve buscar a excelência. Sua preocupação é direcionada aos processos internos que terão maior impacto na satisfação dos clientes e na execução dos objetivos financeiros da empresa.

Demonstra as duas diferenças entre a abordagem tradicional e a abordagem do BSC para avaliação de desempenho, visto que as abordagens tradicionais tentam mensurar e melhorar os processos existentes, levando em consideração medidas financeiras agregadas a valores baseadas no tempo e na qualidade.

Contudo o BSC busca identificar processos novos, visando em atingir a excelência para alcançar os objetivos financeiros e dos clientes.

Para Kaplan e Norton (1997), os sistemas de avaliação de desempenho da maioria das organizações, focalizam as melhorias dos processos operacionais atuais, com isso, o BSC recomenda que seja criada uma cadeia de valores para os processos internos, levando em consideração o processo de inovação, identificação das necessidades atuais e futuras dos clientes e desenvolvimento de novas soluções para essas necessidades.

Segundo Kaplan e Norton (1997,p.99):

No *Balanced Scorecard*, os objetivos e medidas para a perspectiva dos processos internos derivam de estratégias explícitas voltadas para o atendimento às expectativas dos acionistas e clientes-alvo. Essa análise seqüencial, de cima para baixo, costuma revelar processos de negócios inteiramente novos nos quais a empresa deverá buscar a excelência.

A importância dos processos de pesquisa e desenvolvimento levou as empresas a investirem mais recursos nestes seguimentos, do que nas demais áreas, devido a sua participação significativa nas melhorias dos resultados.

Assim, investir em novos conhecimentos potencializa a eficiência das atividades da empresa, além de aprimorar o desenvolvimento das suas atividades operacionais.

Concernente a Kaplan e Norton (1997), os sistemas de mensuração de desempenho de muitas empresas ainda continua abordando apenas a eficiência operacional, e não à eficácia e eficiência dos processos de pesquisa e desenvolvimento.

2.5.4 Perspectiva de aprendizado e crescimento

A função desta perspectiva é identificar a infra-estrutura que a organização deve potencializar para proporcionar crescimento e melhorias a longo prazo. Além disso, deve fornecer subsídios que possibilitem a consecução dos objetivos das demais perspectivas.

O BSC ressalta a importância de investimentos que refletirão no futuro, e não apenas nos setores tradicionais como: equipamentos, pesquisas e desenvolvimento de produtos. Estes não serão suficientes caso não ocorra investimento simultâneo em infra-estrutura, pessoal, sistemas e procedimentos, sendo uma reunião de esforços para atingir objetivos de crescimentos financeiros.

Consoante a Kaplan e Norton (1997, p.152):

Os vetores do aprendizado e crescimento provem basicamente de três fontes: funcionários, sistemas e alinhamento organizacional. As estratégias para um desempenho de qualidade superior geralmente exigem investimentos significativos em pessoal, sistemas e processos que produzam as capacidades organizacionais necessárias. Conseqüentemente, os objetivos e medidas para esses vetores de desempenho superior no futuro deverão ser parte integrante do Balanced Scorecard de qualquer empresa.

A ausência de indicadores concretos e específicos demonstra a importância do desenvolvimento de indicadores apropriados sobre funcionários, sistemas e medidas organizacionais que possuam uma relação mais íntima com a estratégia da organização, Kaplan e Norton (1997).

As medidas de procedimentos organizacionais podem verificar a relação dos incentivos aos funcionários com os fatores globais de sucesso, e os índices de melhoria dos processos críticos, internos ou voltados para clientes.

O *balanced scorecard* transforma a visão e estratégia em objetivos e medidas pela utilização de um conjunto equilibrado de perspectivas, conciliando indicadores financeiros e não-financeiros, reunindo às análises dos resultados desejados e dos processos capazes de garantir a obtenção desses resultados no futuro, justificando assim, a utilização desta ferramenta de gestão como medida de desempenho para o estudo das mudanças alcançadas através da implantação dos programas de desenvolvimento rural do Município de Santa Maria/RS.

3 METODOLOGIA

Para Gil (2010) a pesquisa é definida como um processo racional e sistemático cujo objetivo é a busca de respostas aos problemas propostos, além disso, a pesquisa se faz necessário quando não há informações suficientes sanar as indagações do problema.

Gil (2010, p.1), afirma que a pesquisa é:

[...] desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

A pesquisa pode ser entendida como um processo formal com método de pensamento que exige tratamento científico e que direciona para conhecer a realidade ou a descobrir verdades parciais, Marconi & Lakatos (2004).

Segundo Marconi & Lakatos (2004, p. 46), método é:

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Na contribuição de Silva (2003) para realizar uma pesquisa, o cientista precisa utilizar-se de um método ou vários métodos para atingir o resultado almejado. O método é importante para racionalizar o tempo, recursos e fornecer uma segurança na ação.

Na ótica de Moreira e Caleffe (2008) a característica essencial da pesquisa é que ela deve primar pelo desenvolvimento do conhecimento, uma compreensão dos eventos e processos, incluindo descrições, explanações, interpretações, orientações, como também os métodos para se chegar a esse conhecimento.

Neste sentido, pode-se definir o método como fases dispostas de forma ordenada para investigar uma verdade, a fim de atingir determinada finalidade, a técnica como o modo de fazer de forma eficiente e segura determinada atividade, conforme concretiza Silva (2003). A partir dos conceitos expostos, embasado por pesquisas bibliográficas, o estudo realizado foi classificado quanto à abordagem, aos objetivos e os procedimentos técnicos.

3.1 Classificação da pesquisa quanto à abordagem

As pesquisas aplicadas as ciências sociais e humanas vêm utilizando amplamente, nos últimos anos, uma abordagem qualitativa que valorizam a utilização de métodos descritivos e explicativos dos fenômenos de interesse do pesquisador, conforme analisa Godoy (1995).

Nesta concepção, Godoy (1995) define que a pesquisa pode se caracterizar como um esforço que objetiva propiciar a descoberta de novas informações ou relações e para verificação e ampliação dos conhecimentos existentes. No que tange à abordagem qualitativa não possui foco na enumeração ou mensuração dos eventos estudados, nem tampouco ao uso de instrumentos estatísticos na análise dos dados obtidos. Para Godoy (1995, p.58) a abordagem qualitativa:

envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

As preocupações das pesquisas qualitativas estão voltadas para o estudo e análise dos acontecimentos empíricos em seu ambiente natural. Neste sentido, o pesquisador, ao utilizar uma abordagem qualitativa, deverá realizar a observação do fenômeno objeto do estudo e as suas relações no contexto em que ocorre e do qual faz parte, onde o pesquisador atua como instrumento de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados, segundo expõe Godoy (1995).

A partir do exposto, esta pesquisa utilizou abordagem qualitativa, visto que, foi desenvolvida através da observação e descrição do tema, além disso, não utilizará metodologias estatísticas para análise do problema.

3.2 Classificação da pesquisa quanto aos objetivos

O objetivo de uma pesquisa de forma geral é alcançar a solução para um determinado problema, evidenciando a solução para alguma necessidade humana.

Para se classificar uma pesquisa se faz necessário a definição de critérios, onde usualmente se utiliza os seus objetivos gerais, podendo ser classificadas como exploratórias, descritivas e explicativas, Gil (2010).

De acordo com Gil (2010), a pesquisa explicativa tem como foco identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, sendo o tipo de pesquisa que mais aproxima o conhecimento dos acontecimentos reais, pois identifica e explica a razão e o porquê dos eventos e a sua causa.

Nesse aporte, compreende-se que, na contribuição de Gil (2010, p. 28):

As pesquisas explicativas nas ciências naturais valem-se quase exclusivamente do método experimental. Nas ciências sociais, a aplicação deste método reveste-se de muitas dificuldades, razão pela qual se recorre também a outros métodos, sobre tudo ao observacional.

Com isso, pode-se dizer que as pesquisas explicativas são aquelas procuram o porquê dos fatos e fenômenos, buscando evidenciar as mudanças ocorridas com os fatos, que são objetos do estudo, por este motivo, esta pesquisa foi classificada como explicativa.

3.3 Classificação da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos

Um aspecto importante para a metodologia da pesquisa é a definição do tipo de pesquisa a ser desenvolvida, pois é ela dentro das necessidades do pesquisador que irá auxiliar no alcance dos objetivos definidos, segundo Silva (2003).

Marconi e Lakatos (2004 p. 44), definem a pesquisa bibliográfica como:

[...] a pesquisa bibliográfica trata o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com a utilização de informações já abordadas, este tipo de pesquisa, explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, conforme definição de Silva (2003).

Este procedimento técnico permitiu primeiramente a busca de fontes que possibilitaram o embasamento do início deste estudo, através da pesquisa em livros, revistas científicas, entre outros, que abordam de alguma forma o tema proposto pela pesquisa, contribuindo de forma significativa para fundamentação teórica do estudo.

Segundo Gil (2010, p.30):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

A pesquisa também utilizou fundamentos da pesquisa documental, devido a utilização de materiais que não receberam tratamento analítico. Na própria concepção de documento, como sendo qualquer objeto capaz comprovar um fato ou acontecimento como regulamentos, justifica a utilização de ofícios, boletins, documentos de órgãos públicos, memorandos, folhetos, manuais e cartilhas que contribuam para o desenvolvimento do estudo.

Para Gil (2007, p.46):

Nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público. Além do mais, boa parte das fontes usualmente consultada nas pesquisas documentais, tais como jornais, boletins e folhetos, pode ser tratada como bibliográfica.

Nesta etapa da pesquisa foram analisados os documentos que formalizam a criação dos programas de desenvolvimento rural do Município de Santa Maria e as condições que permitem a participação dos produtores rurais em cada área de atividade. Os dados estão disponíveis através da cartilha dos programas e folhetos informativos elaborados pela secretaria de desenvolvimento rural, estando à disposição do público interessado em meio eletrônico pelo site www.santamaria.rs.gov.br.

O estudo foi realizado no programa de desenvolvimento rural pró-peixe, pois abrange 24,5% do total de 351 produtores, distribuídos entre os 11 programas oferecidos pela secretaria de desenvolvimento rural.

Especificamente serão considerados no estudo os produtores do Distrito de Boca do Monte do Município de Santa Maria/RS por representarem 41% dos inscritos no programa pró-peixe.

Quanto à coleta de dados o instrumento utilizado foi à entrevista estruturada, uma conversação de forma metódica permitindo o levantamento das informações necessárias para o estudo.

Para Moreira e Caleffe (2006, p. 167)

As entrevistas podem ser realizadas diretamente pelo pesquisador ou por uma equipe de pesquisadores. As informações contidas nas entrevistas podem ser analisadas por quem está diretamente envolvido na pesquisa e por aqueles que têm apenas um mínimo de envolvimento. As entrevistas podem ser realizadas com pequenos ou grandes grupos de pessoas.

A entrevista estruturada é muito próxima ao questionário, tanto as perguntas como as respostas são estruturadas, neste sentido Moreira e Caleffe (2006) consideram adequada a utilização da entrevista em situações onde os participantes podem apresentar dificuldades em completar um questionário.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado aos 31 produtores inscritos no programa de desenvolvimento rural, Pró-peixe, do Município de Santa Maria/RS, pertencentes ao distrito de Boca do Monte.

As respostas foram organizadas em tabelas dinâmicas, classificadas em blocos de acordo com a natureza dos dados. Buscou-se a caracterização do perfil dos produtores e das propriedades rurais dos participantes do programa pró-peixe, além disso, foram utilizados os fundamentos do Balanced Scorecard para analisar os resultados através de indicadores em quatro diferentes perspectivas: financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento, almejando identificar as mudanças ocorridas na gestão rural após o credenciamento no programa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem por finalidade expor os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa junto aos produtores do Distrito de Boca do Monte, participantes do programa pró-peixe. O estudo realizado demonstrará as análises e interpretações relevantes após a implantação do programa de desenvolvimento rural do Município de Santa Maria – RS.

4.1 Distrito de Boca do Monte

O estudo foi realizado com os produtores do Distrito de Boca do Monte, que possui área de 307,44 km². Sua população possui em torno de 4085 habitantes. Além disso, a sede do distrito distancia-se 16 km do marco zero do município.

Segundo fonte da Prefeitura Municipal de Santa Maria, sua denominação deve-se ao fato da existência de uma picada, aberta no passado, para servir de passagem às tropas de gado, razão da importância para a conquista e dominação espanhola.

Conforme Pires et al (2006), o uso do solo no Distrito de Boca do Monte está voltado para as atividades agrícolas e entre as principais culturas tem-se o cultivo de arroz irrigado, milho, soja e outras culturas de menor representatividade e há a extração de areia para a construção civil.

4.2 Perfil dos produtores

No perfil dos participantes da pesquisa, avaliou-se primeiramente o gênero; faixa etária; tempo na atividade; escolaridade, fonte de renda e forma de incentivo para desenvolvimento da piscicultura. No gráfico 1 observa-se que 83,87% dos participantes pertencem ao sexo masculino, representados por 26 participantes e apenas 16,13% são do sexo feminino com 5 participantes, totalizando 31 respondentes a pesquisa.

Percebe-se que prevalece a presença do gênero masculino na gestão das propriedades rurais do Distrito de Boca do Monte, o sexo feminino ainda é minoria na gestão rural. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da

publicação do censo agropecuário 2006, revelou valores muito próximos aos obtidos com este estudo, segundo a pesquisa do IBGE as mulheres que dirigem os estabelecimentos rurais familiares representam 13,7%, IBGE (2006).

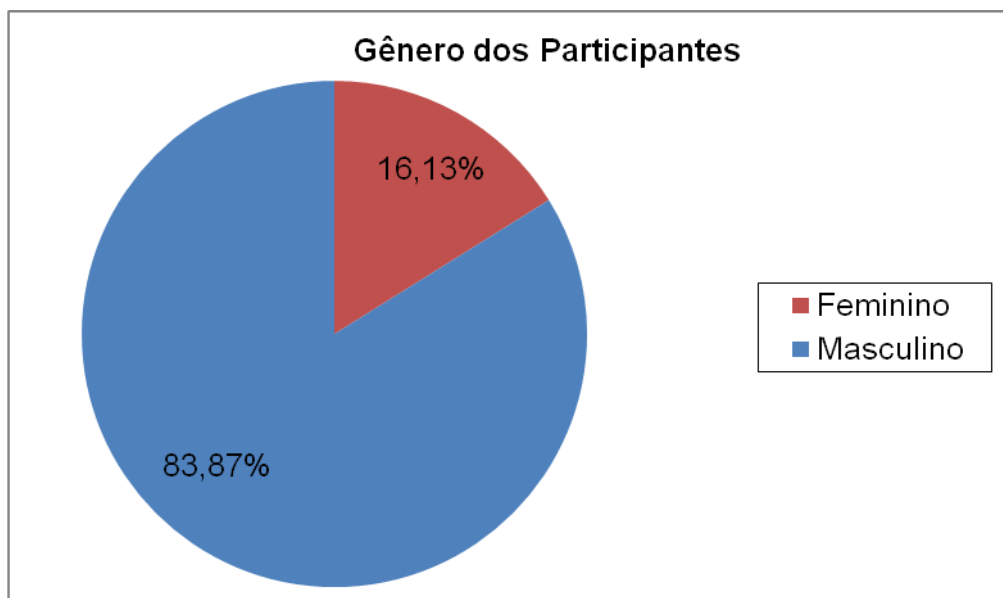


Gráfico 1 – Gênero dos participantes

Com relação à faixa etária, o gráfico 2, evidencia que 48,39% dos entrevistados que estão entre os 31 a 50 anos pertencem ao sexo masculino, já entre as mulheres a maioria está acima dos 50 anos com 9,68% das participantes.

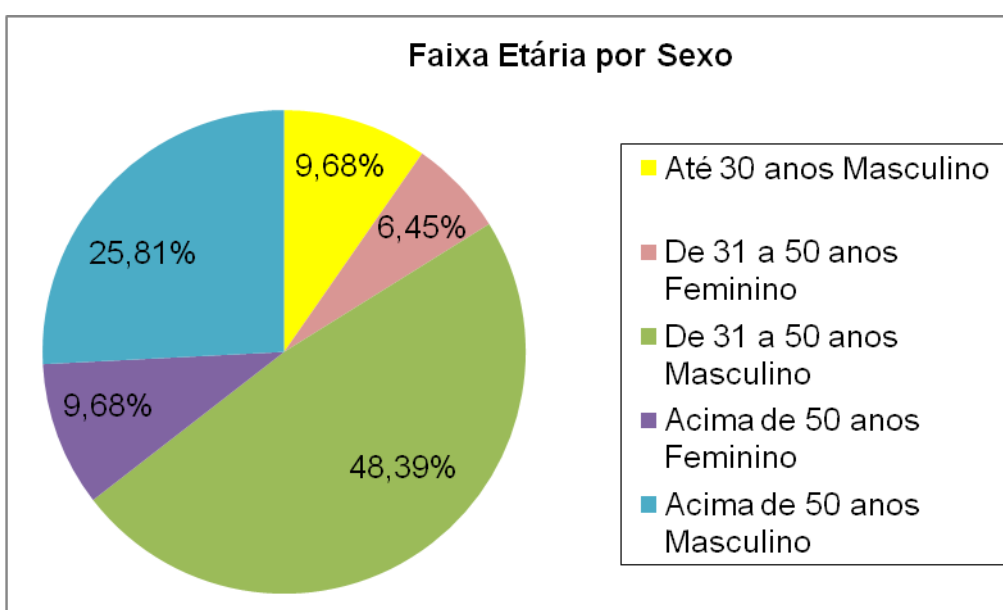


Gráfico 2 – Faixa etária dos participantes por sexo

Segundo IBGE (2006), 62% das pessoas que estão no comando da gestão da atividade rural possuem 10 anos ou mais de experiência na agricultura familiar e apenas 20% apresentam conhecimentos com menos de 5 anos.

No gráfico 3, observa-se que a maioria dos participantes deste estudo possui experiência até 5 anos, abrangendo 64,51% dos produtores, onde 51,61% pertencem ao gênero masculino e 12,90% ao gênero feminino, totalizando 20 participantes.

Esta característica deve-se ao recente desenvolvimento do programa pró-peixe no Distrito de Boca do Monte, incentivando a piscicultura na região, através do credenciamento junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município de Santa Maria/RS.

Os participantes que possuem experiência entre 6 a 10 anos chegam a 29,04%, sendo que destes 3,23% são do gênero feminino e 25,81% do masculino.

Os participantes que possuem acima de 10 anos experiência da atividade representam apenas 6,45% dos respondentes, com isso, estudo evidencia que os homens ainda são a maioria na atividade rural e possuem maior experiência na agricultura familiar.

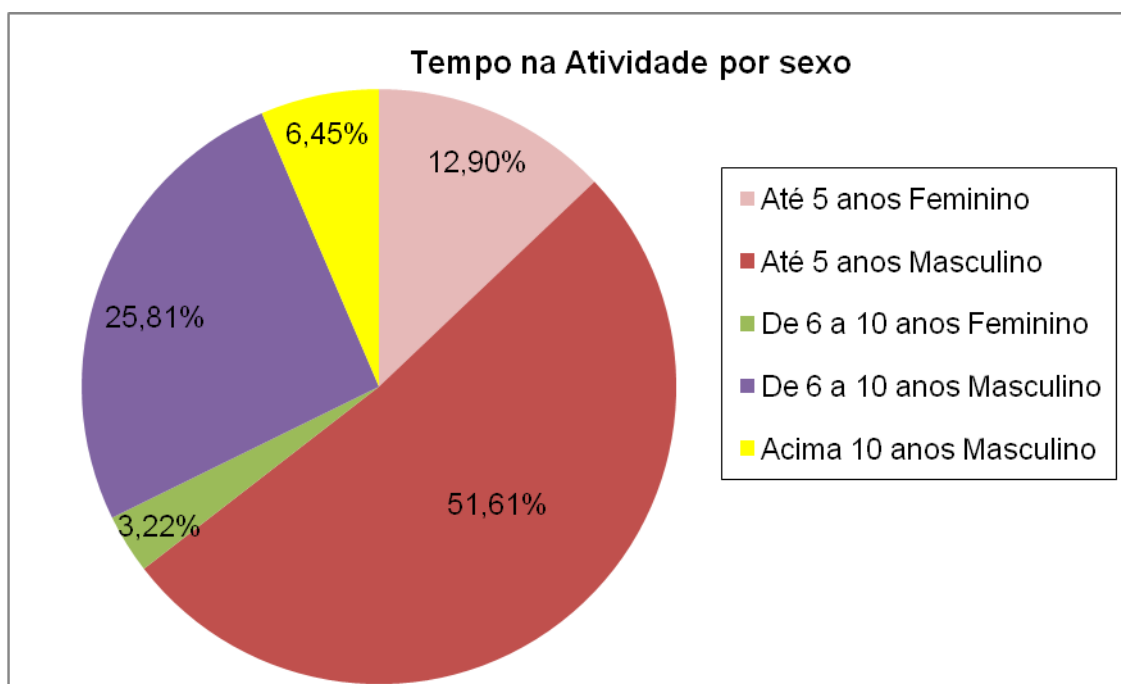


Gráfico 3 – Tempo na atividade por sexo

O estudo revelou, como base no gráfico 4, a relação entre a experiência na atividade e o domínio das técnicas de manejo para a piscicultura antes do ingresso no programa pró-peixe, onde 64,51% dos participantes declararam possuir domínio dos conhecimentos necessários e 35,49% disseram que não possuem nenhum tipo de técnica.

O estudo evidenciou a partir da análise das perguntas abertas que o conhecimento dos produtores antes do ingresso no programa está relacionado apenas à técnica operacional do cultivo de peixes, mostrando carência de informações sobre a gestão rural no segmento.

As principais fontes de conhecimento para os produtores, reveladas através do estudo, foram os familiares, amigos e vizinhos. Alguns participantes relacionaram como fonte de informações os cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e treinamentos da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria (SDRSM) em parceria com a EMATER.

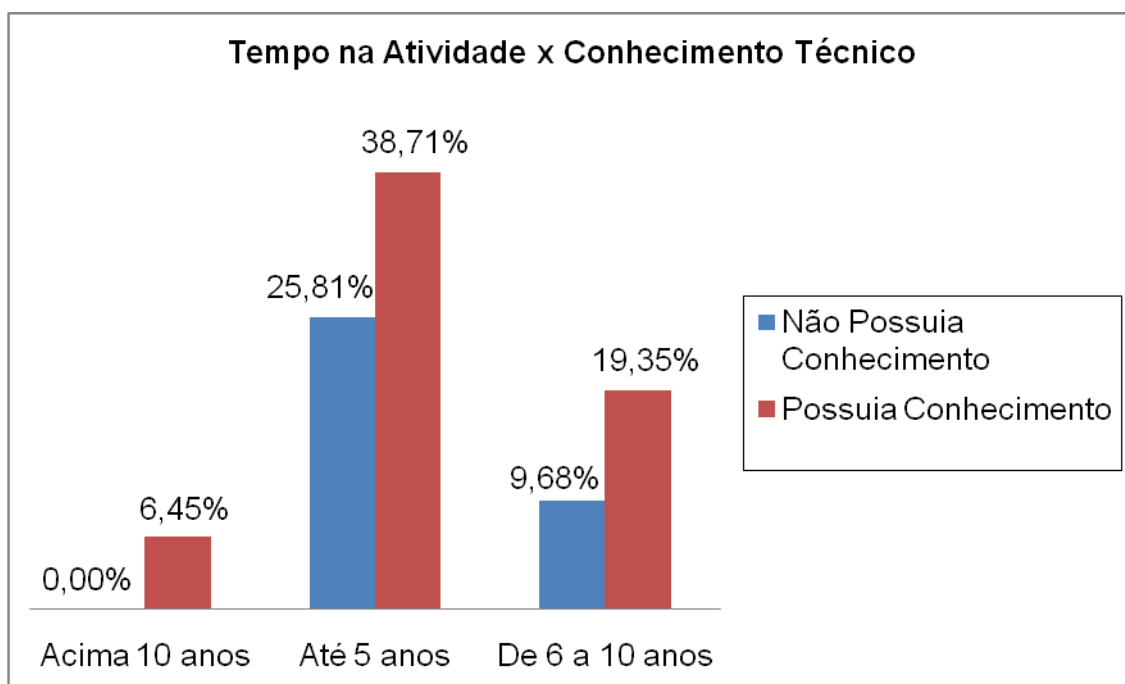


Gráfico 4 – Tempo na atividade em relação ao conhecimento técnico

Percebe-se nos produtores que possuem mais tempo na atividade um maior conhecimento da cultura. Os produtores acima de 10 nos de experiência somam 6,45% dos 31 respondentes, sendo que 100% destes apresentam algum conhecimento na cultura.

Dos produtores que se encontram na faixa de 6 a 10 anos de experiência, 19,35% possuíam domínio técnico da cultura antes do credenciamento no programa e 9,68% não tinham nenhum conhecimento sobre piscicultura. Dos 20 respondentes que estão na faixa até 5 anos de experiência, 38,71% possuem conhecimentos técnicos da atividade e 25,81% não apresentam domínio sobre o assunto.

Segundo IBGE (2006), houve grandes avanços sobre a educação na agricultura familiar, o censo agropecuário apontou que 63% da amostra sabem ler e escrever e 37% não sabem ler e escrever, no que tange a qualificação profissional apenas 170 mil pessoas declararam possuir qualificação.

Analisando o gráfico 5 pode-se constatar que 25,81% dos 31 participantes da pesquisa, possuem até 5 anos de estudo, o que equivale cursar até a quinta série do ensino fundamental, já 38,71% dos produtores estão entre a sexta série do ensino fundamental e o segundo ano do ensino médio. Apenas 35,48% dos entrevistados estão entre o segundo grau completo e o ensino superior completo

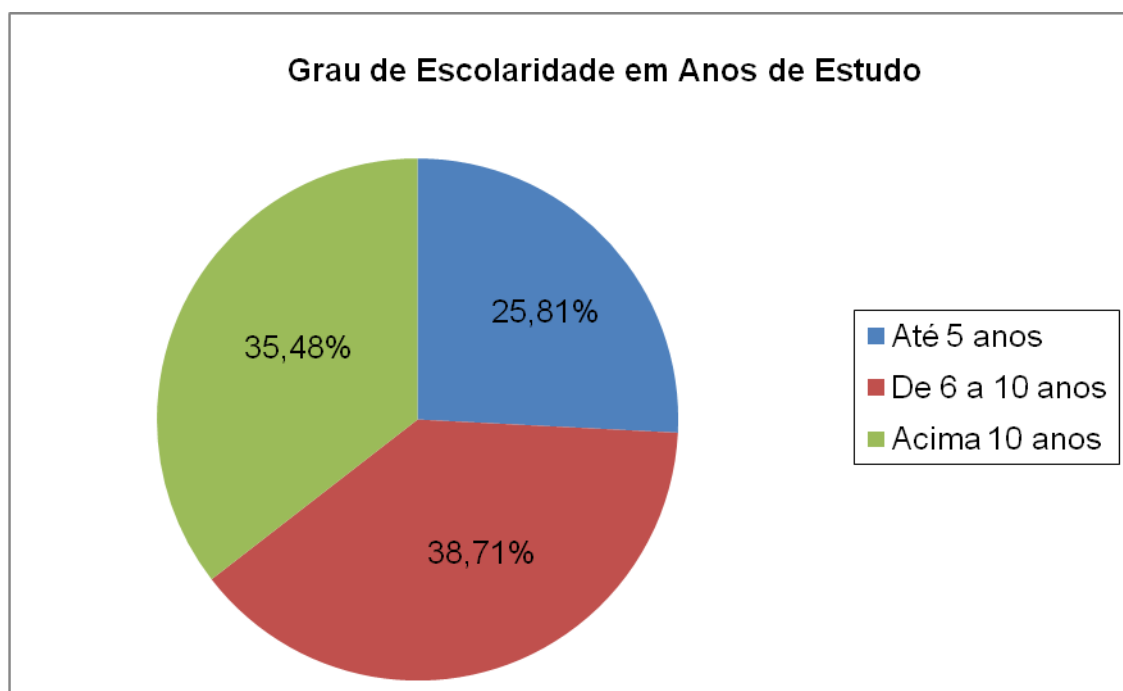


Gráfico 5 – Grau de escolaridade em anos de estudo

As mulheres mesmo em menor percentual que os homens na gestão rural, possuem 60% das respondentes acima de 10 anos de estudos e 40% até 5 anos, conforme demonstra o gráfico 6.

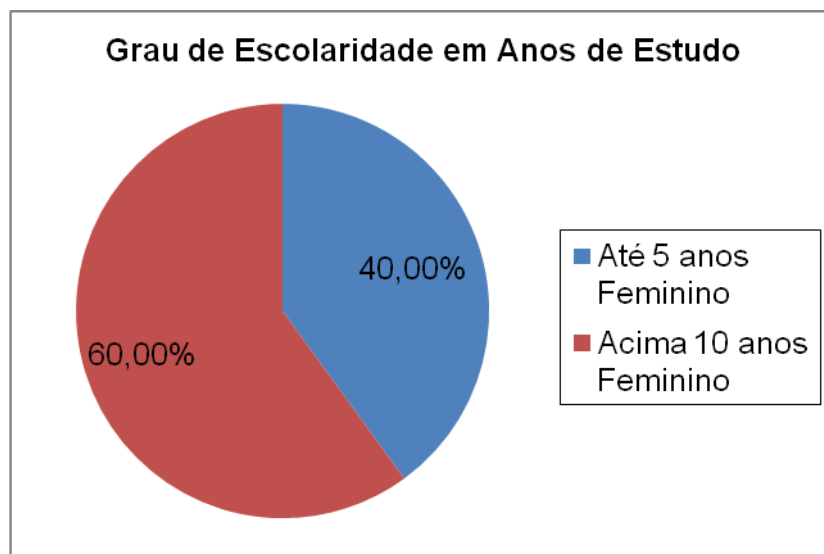


Gráfico 6 – Grau de escolaridade em anos de estudo feminino

Os homens representam a maioria dos respondentes, entretanto percebe-se no gráfico 7 que apenas 23,08% deles possuem até 5 anos de estudo, 46,15% possuem de 6 a 10 anos de estudo e 30,77% acima de 10 anos de estudo. Embora em menor número, as mulheres que atuam na atividade rural no Distrito de Boca do Monte, estudaram mais anos que os homens, apresentando mais de 10 anos de estudo, enquanto a maioria dos homens possui de 6 a 10 anos de estudo.

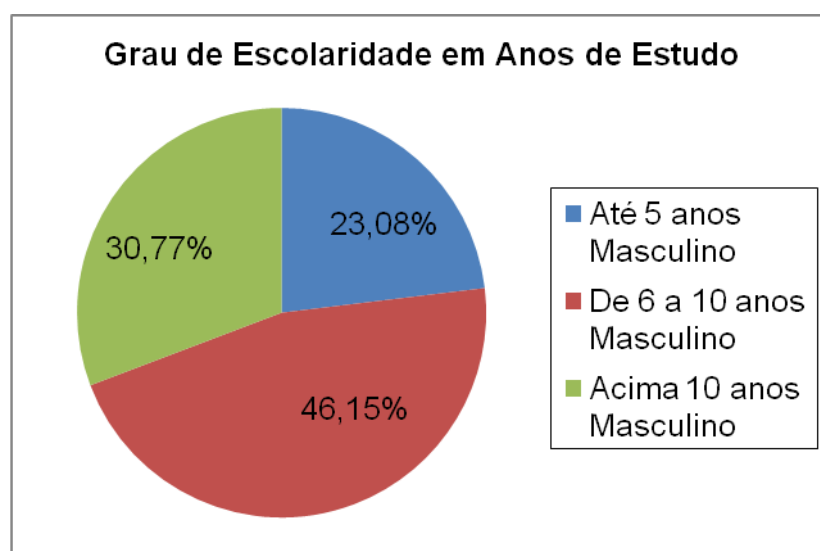


Gráfico 7 – Grau de escolaridade em anos de estudo masculino

O estudo revelou, conforme análise do gráfico 8, que a fonte de renda de 3,23% dos participantes é apenas a piscicultura, entretanto, 96,77% dos produtores possui outra fonte de renda para sobrevivência. Isso demonstra que a atividade incentivada pelo pró-peixe não é a principal fonte de renda dos produtores.

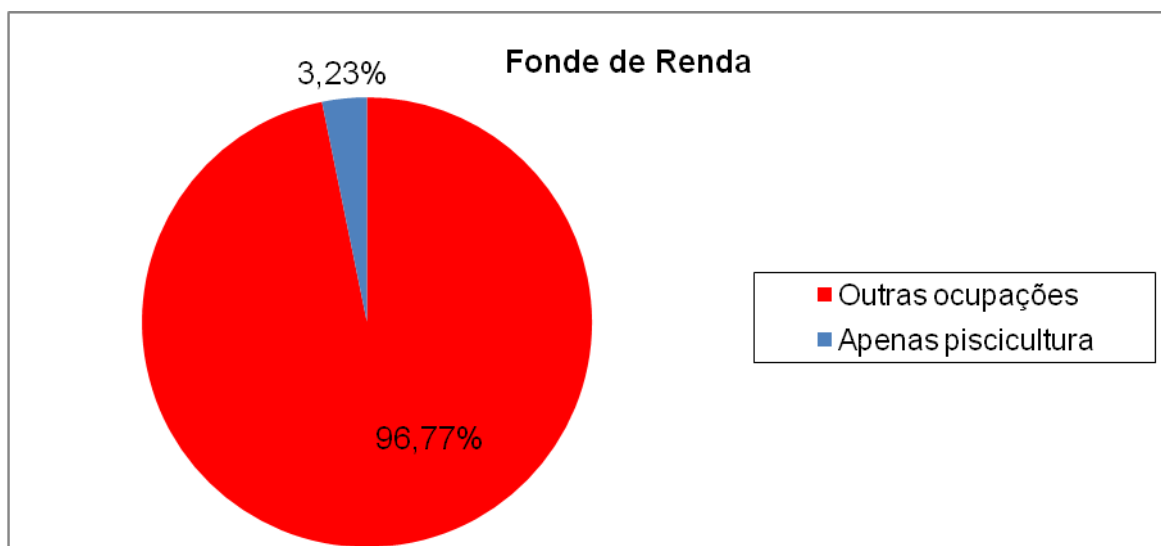


Gráfico 8 – Fonte de renda

Entre as ocupações elencadas pelos produtores podemos analisar, através do gráfico 9, que a principal fonte de renda dos respondentes é a agricultura, totalizando 42,86% dos participantes, a segunda mais relevante é a pecuária abrangendo 17,14% dos produtores e 11,43% são aposentados.

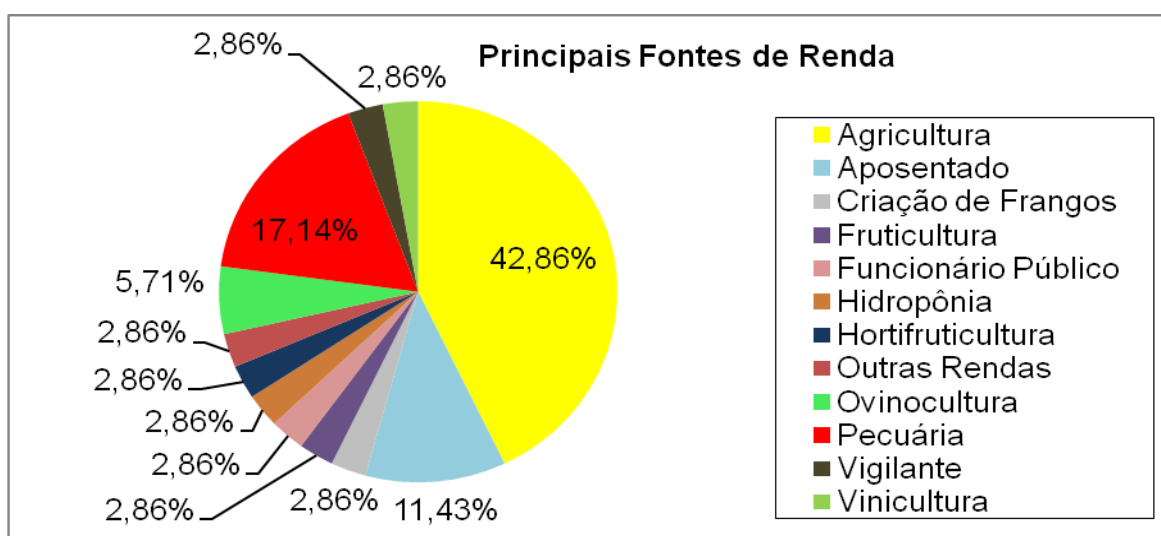


Gráfico 9 – Principais fontes de renda

A pesquisa mostra a existência de diversas culturas como fonte de renda na agricultura familiar no Distrito de Boca do Monte. Observa-se no gráfico 10, que 17,31% dos produtores entrevistados plantam soja, 15,38% milho, 13,46% arroz e 11,54% gado de corte. Segundo o IBGE (2006), a agricultura familiar é responsável pela produção nacional de 46% do milho; 34% do arroz; 30% do rebanho de bovinos e 16% da soja. Percebe-se que o Distrito está acima da média nacional no cultivo da soja, porém abaixo para as culturas de milho e arroz.

As demais culturas como: alface, batata, cana, frangos, laranja, mandioca, melancia, moranga, ovelhas, rúcula, temperos e uvas, não chegam a atingir 4% no total individual em número de produtores nessas culturas.

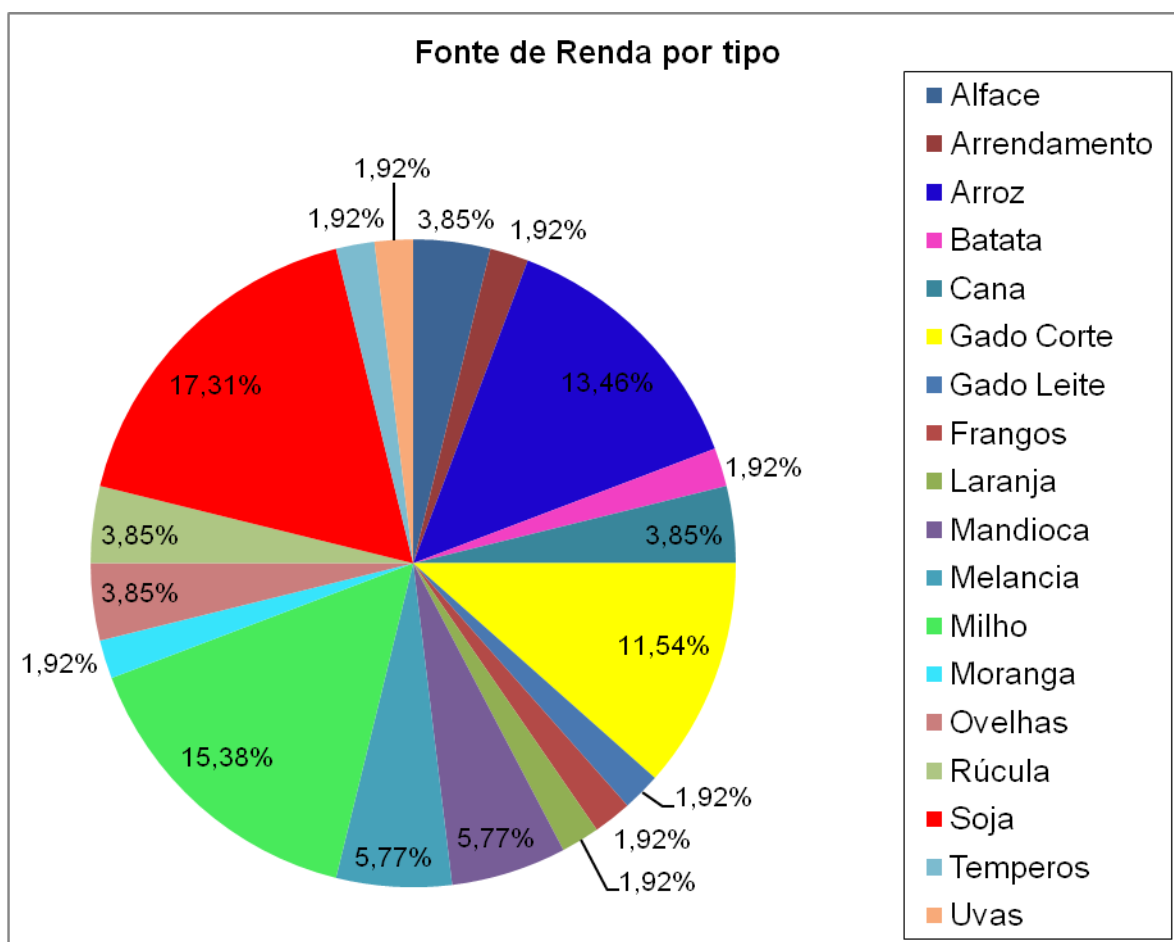


Gráfico 10 – Fonte de renda por tipo

A pesquisa procurou verificar além das fontes de renda dos participantes, qual a sua relação com o programa pró-peixe, para isso, foi realizada pergunta aberta

sobre qual incentivo o produtor rural recebeu para desenvolver a piscicultura na sua propriedade.

Para avaliação dos dados considerou-se como incentivo, dentro dos objetivos propostos pelo programa pró-peixe, os seguintes recursos: visitas técnicas, cursos e treinamentos, medições de ph, distribuição de alevinos e calcário, utilização do caminhão do peixe e construções de tanques.

Observa-se a partir da análise do gráfico 11 que 22,58% dos produtores não receberam nenhuma forma de incentivo ao cultivo de peixe, embora estejam inscritos no programa, dos 77,42% dos produtores que receberam alguma forma de incentivo, tiveram acesso em geral a visitas técnicas, calcário, medições de ph.

Dos incentivos considerados significativos como a utilização do caminhão do peixe, construção de tanques e recebimento de alevinos, apenas 2 produtores tiveram acesso a utilização do caminhão do peixe e apenas 1 recebeu a construção do tanque para o cultivo, já os alevinos foram distribuídos a um maior número de produtores totalizando 11 participantes.

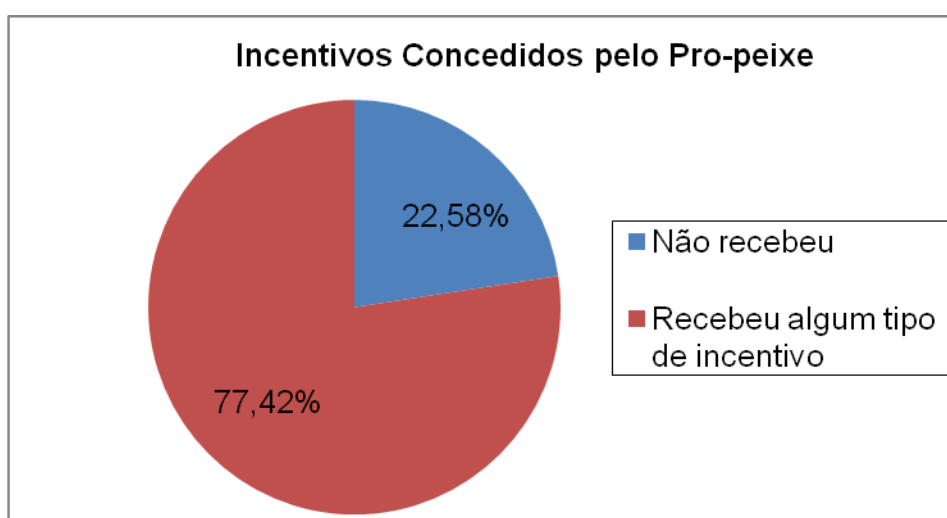


Gráfico 11 – Incentivos concedidos pelo pró-peixe

As principais reclamações dos produtores são em relação à demora no atendimento, a disparidade nos critérios para distribuição dos incentivos, visto que, dos 77,42% que receberam incentivos, o menos assistido obteve apenas visitas técnicas e o mais assistido, todos os benefícios como: visitas técnicas, calcário, alevinos, utilização do caminhão do peixe e construção de tanques.

4.3 Caracterização da propriedade

A lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, define no seu art. 4º, inciso I que a pequena propriedade rural é aquela de área compreendida entre 1 a 4 módulos fiscais, em seu inciso III caracteriza a média propriedade como imóvel rural que possui área superior a 4 e até 15 módulos fiscais, a grande propriedade é aquela que possui área superior a 15 módulos fiscais.

A instrução especial (IE) Nº 20 do INCRA de 28 de maio de 1980, estabelece os módulos fiscais para cada município brasileiro. Conforme a IE/INCRA Nº 20, o módulo fiscal para o Município de Santa Maria/RS é de 22 hectares, dado extraído da tabela anexo da (IE).

Com base no gráfico 12, percebe-se que este estudo demonstra a dimensão das propriedades rurais abrangidas pelo programa pró-peixe no Distrito de Boca do Monte, onde 90,32% dos produtores possui um pequena propriedade, a menor com 2 hectares e a maior com 61 hectares. As médias propriedades totalizaram 9,68%, a menor com 90 hectares e a maior com 140 hectares.

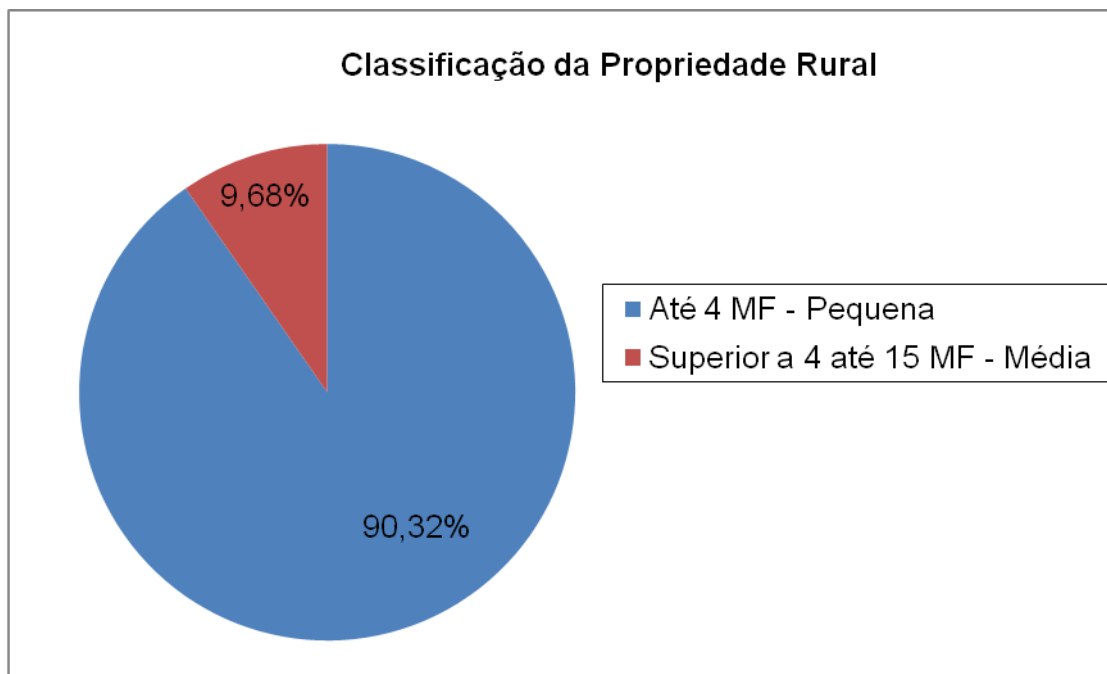


Gráfico 12 – Classificação da propriedade rural

4.4 Processos internos

Nesta perspectiva a pesquisa buscou identificar quais processos internos foram potencializados com participação no programa pró-peixe, evidenciando se ocorreram mudanças na gestão rural. Através da análise dos dados obtidos com o estudo, foram elaboradas comparações entre a utilização de controles e suas finalidades; conhecimento técnico; percepção dos produtores sobre as melhorias na administração da propriedade. Para Kaplan e Norton (1997), melhorias nos processos internos terão maior impacto na satisfação do cliente e no alcance dos objetivos financeiros.

O estudo mostra a relação entre os anos de estudo e a utilização de controles na gestão da propriedade rural, observa-se no gráfico 13 que os produtores que possuem até 5 anos de estudo totalizam 25,80% dos participantes, sendo que 16,13% utilizam algum tipo de controle e 9,68% não utilizam algum tipo de controle. Na análise da faixa de 6 a 10 anos de estudo percebe-se que o percentual dos que utilizam controles se mantém, entretanto o percentual dos que não utilizam aumenta para 22,58%.

A pesquisa demonstra que os produtores com mais de 10 anos de estudo utilizam mais controles que os demais, totalizando 25,80%, os que não utilizam nenhuma forma de controle com mais de 10 anos de estudo são apenas 9,68%, mesmo percentual encontrado na faixa de até 5 anos de estudo.

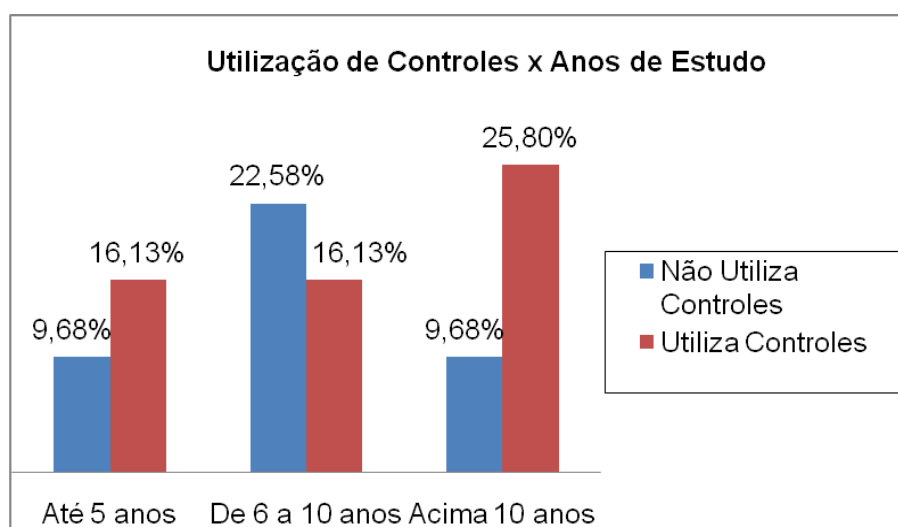


Gráfico 13 – Utilização de controles x anos de estudo

A pesquisa evidencia os principais tipos de controles utilizados pelos produtores para realização da administração da propriedade, entre os mais utilizados tem-se os cadernos e planilhas, contabilidade formal e controle de caixa, ferramentas essenciais para a gestão da atividade rural.

Analisando o gráfico 14, observa-se a relação entre a utilização de controles e os anos de estudo dos participantes, 27,78% dos participantes que utilizam como ferramenta de controle cadernos e planilhas possuem até 5 anos de estudo, dos produtores que possuem de 6 a 10 anos de estudo, 16,67% utilizam cadernos e planilhas e 11,11% realizam controle de caixa, dos produtores acima de 10 anos de estudo, 27,78% utilizam cadernos e planilhas como ferramenta de controle, 11,11% utilizam contabilidade formal e apenas 5,56 realizam controle de caixa.

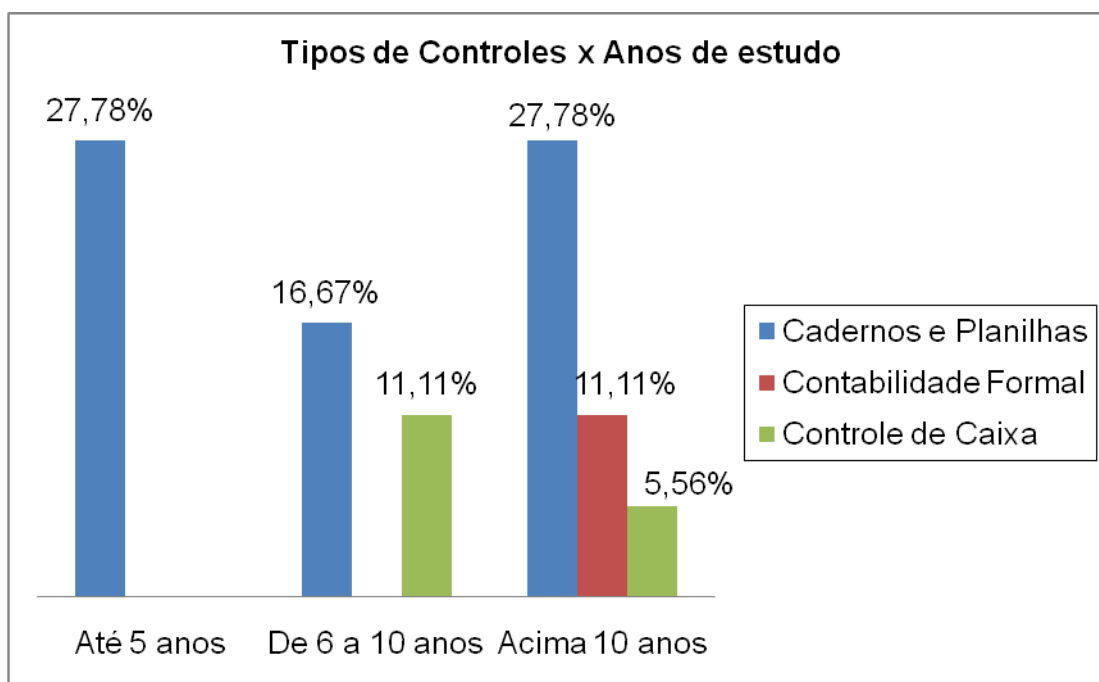


Gráfico 14 – Tipos de controles x anos de estudo

O estudo mostra, a partir da análise do gráfico 15, que 38,89% dos produtores que utilizam controle para administração da propriedade elencaram a finalidade gerencial, 22,22% disseram que utilizam controle para auxiliar na realização do planejamento, 5,56% utiliza com a finalidade de cumprir as obrigações fiscais e 33,33% dos produtores que utilizam controles apontaram outras finalidades como, simples arquivamento, consultas futuras, controle de contas a pagar, controle de vendas e controle do lucro.

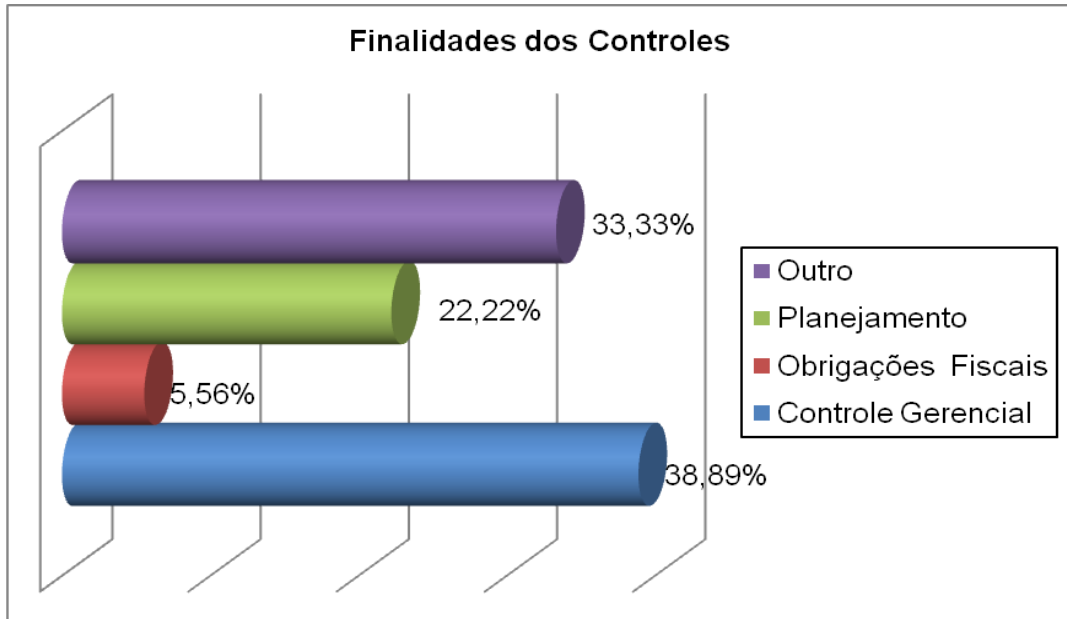


Gráfico 15 – Finalidade dos controles

A pesquisa revelou, com base no gráfico 16, que 48,39% dos produtores preocupam-se com o processo de vendas e produção, as questões financeiras possuem importância para 25,81% dos produtores, os custos de produção são fatores de preocupação para 16,13% dos agricultores. Dentre os respondentes, 9,68% apontaram outros fatores como preocupantes para atividade, como o clima, a falta de incentivo para a cultura e o controle de gastos.

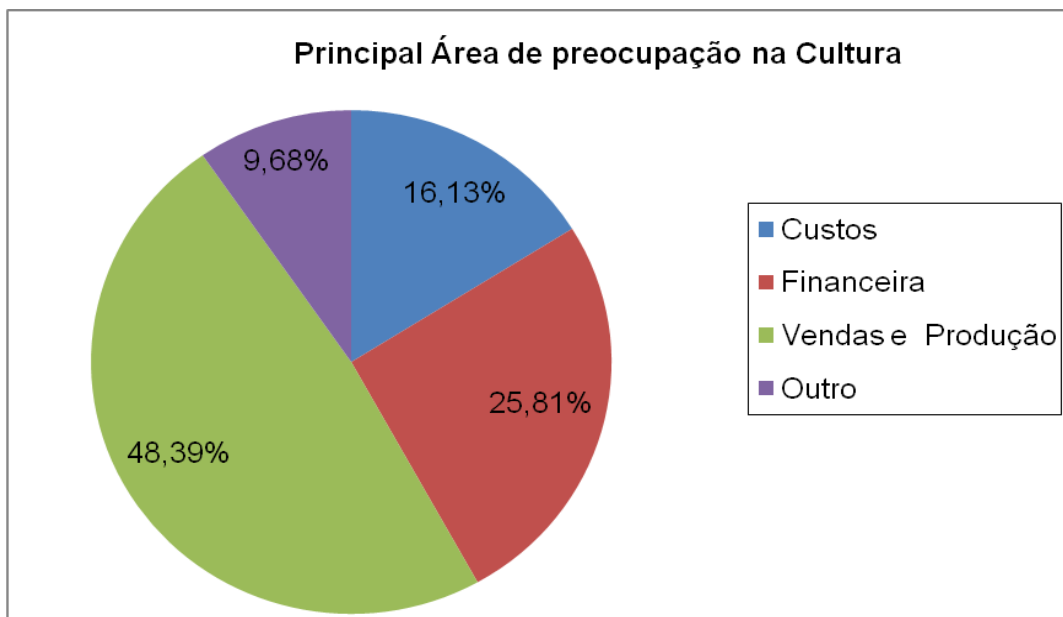


Gráfico 16 – Principal área de preocupação na cultura

A pesquisa procurou evidenciar as mudanças ocorridas na administração da propriedade rural após o ingresso no programa pró-peixe, analisando a percepção do produtor. Observa-se no gráfico 17 que 87,10% dos participantes do programa não apontaram mudanças significativas com relação à administração da propriedade.

Os principais pontos elencados pelos produtores para justificar a falta de mudanças foram a inexistência de cursos de gestão; a de demora no atendimento aos inscritos no programa, excesso de interesses políticos; falta de interesse na piscicultura, produtores com pouco tempo de experiência na atividade.

Os produtores que perceberam melhorias representam 12,90% dos participantes da pesquisa, elencaram como contribuições do programa para o processo de gestão as mudanças na visão do negócio, novas expectativas de mercado, redução das incertezas para piscicultura e maior importância da implantação de controles.

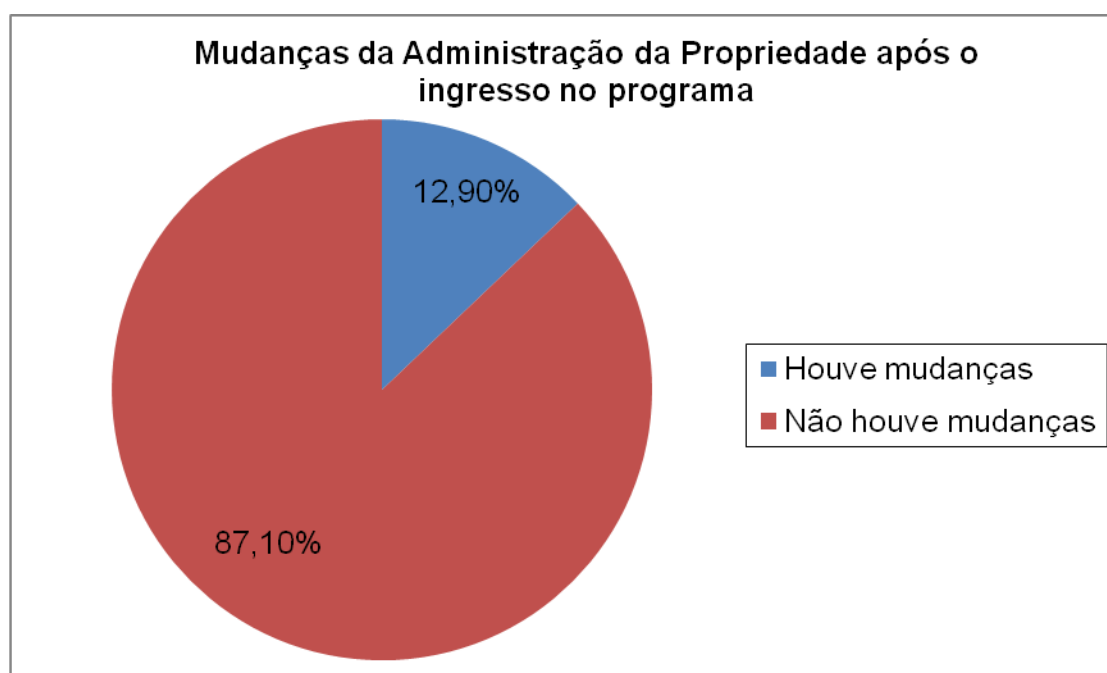


Gráfico 17 – Mudanças na administração da propriedade após o ingresso no programa

A pesquisa apontou que após o ingresso no programa apenas 22,58% dos produtores teve acesso a cursos e treinamentos, os demais 77,42% dos participantes inscritos no pró-peixe não receberam nenhum tipo de treinamento, conforme análise do gráfico 18.

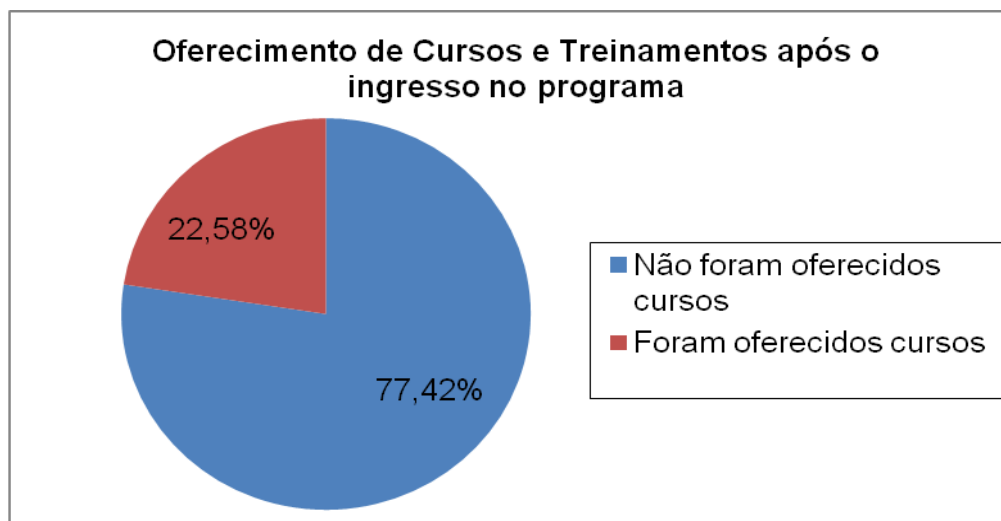


Gráfico 18 – Oferecimento de cursos e treinamento após o ingresso no programa

As principais reclamações dos produtores relacionadas aos cursos e treinamento são a falta de informações sobre a disponibilidade e oferecimento de vagas para a realização, período de oferta de treinamentos coincidente com a safra das outras culturas desenvolvida pelos produtores e a falta de motivação para participar das qualificações. Dos 22,58% dos participantes que tiveram acesso a algum tipo de treinamento, todos classificaram os cursos como pertencentes à área técnica, abordando temas relacionados ao manejo e cultivo dos peixes.

O estudo mostra, com base no gráfico 19, que 58,06% dos respondentes classificaram os seus conhecimentos técnicos como regular, 25,81% disseram que são bons e 16,13% consideraram seus conhecimentos péssimos.

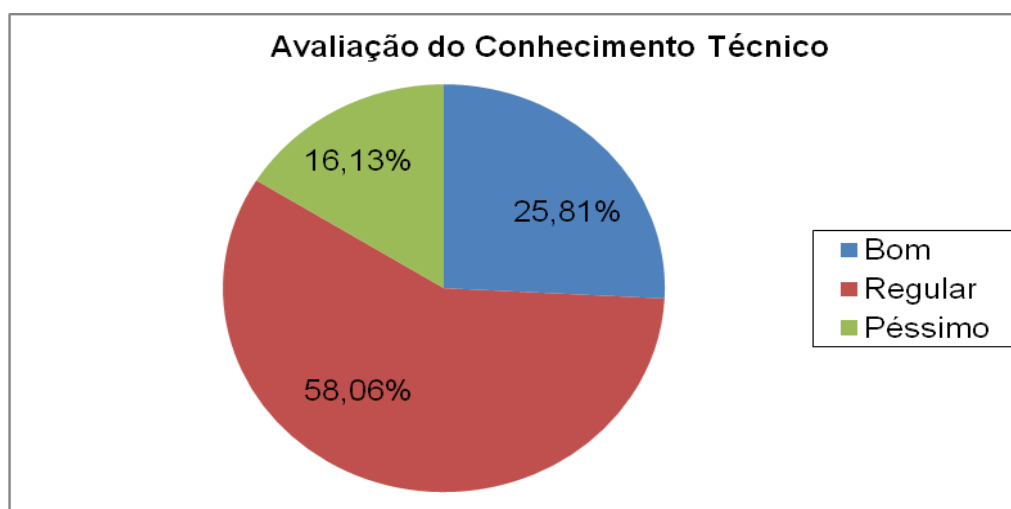


Gráfico 19 – Avaliação do conhecimento técnico

4.5 Perspectiva do Cliente

A pesquisa procurou identificar na percepção do produtor quais foram às melhorias introduzidas pelo programa pró-peixe no relacionamento com o cliente, analisando aspectos importantes como: canais de distribuição, qualidade dos produtos oferecidos, nível de satisfação do consumidor com o preço e o grau de preocupação com os aspectos relacionados à higiene e procedência dos produtos. Segundo Kaplan e Norton (1997), as medidas essenciais de resultado são: a satisfação do cliente, lucratividade dos clientes e participação no mercado.

O estudo apontou, com base no gráfico 20, que 64,52% dos participantes do pró-peixe não perceberam mudanças no processo de distribuição dos produtos e 35,48% perceberam algum tipo de melhoria no processo.

Os produtores que estão na fase inicial do programa, não produziram peixes para comercialização, pois os alevinos ainda estão em fase de crescimento, totalizam 12,90% dos participantes, na percepção deles, não houveram mudanças na distribuição dos produtos.

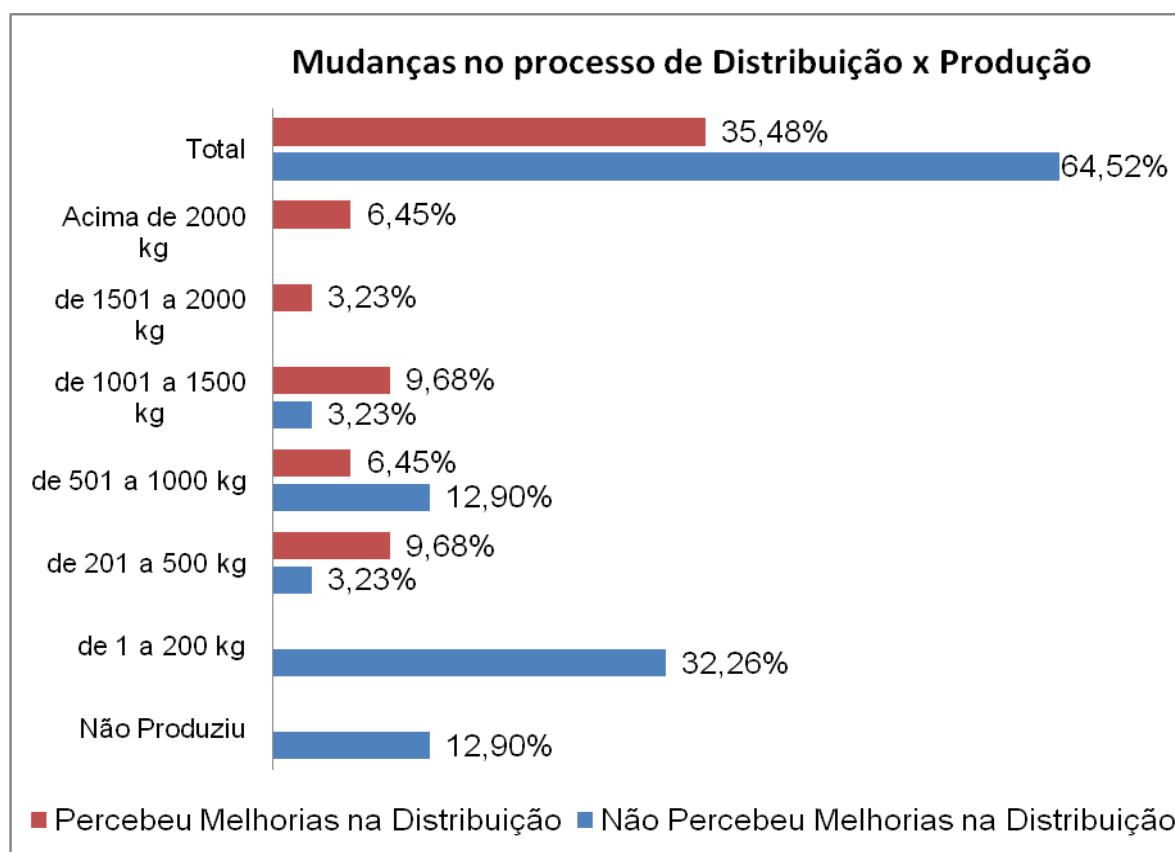


Gráfico 20 – Mudanças no processo de distribuição x produção

Os participantes que produziram até 200 kg de peixe não indicaram nenhum tipo de mudanças no processo, atingindo 32,26% dos produtores. Porém os que atingiram volume de produção acima de 200 kg começaram a perceber algum tipo de melhora no sistema de distribuição.

Entre os participantes que produziram de 501 a 1000 kg, concentra 12,90% dos produtores que não perceberam melhorias na distribuição e 6,45% que percebeu melhorias. Todos os participantes que produziram mais de 1500 kg de peixe consideraram que houve melhorias no sistema de distribuição.

Os produtores que não indicaram melhorias na distribuição elencaram vários fatores determinantes para o insucesso, como concorrência desleal com os grandes produtores, dificuldades no acesso e falta de informações sobre a utilização do caminhão do peixe, alto custo para transporte do peixe vivo, dificuldade para o acesso ao cliente fora das datas festivas.

Os participantes que apontaram melhorias na distribuição após o ingresso no programa indicaram como principal fator a utilização do caminhão do peixe, que possibilitou a comercialização da produção em outros períodos e não somente em datas festivas.

Analisando o gráfico 21, percebe-se que na visão do produtor o cliente ainda não está totalmente satisfeito em relação à qualidade e preço do produto, pois 41,94% consideram que os clientes estão insatisfeitos e 58,06% satisfeitos.

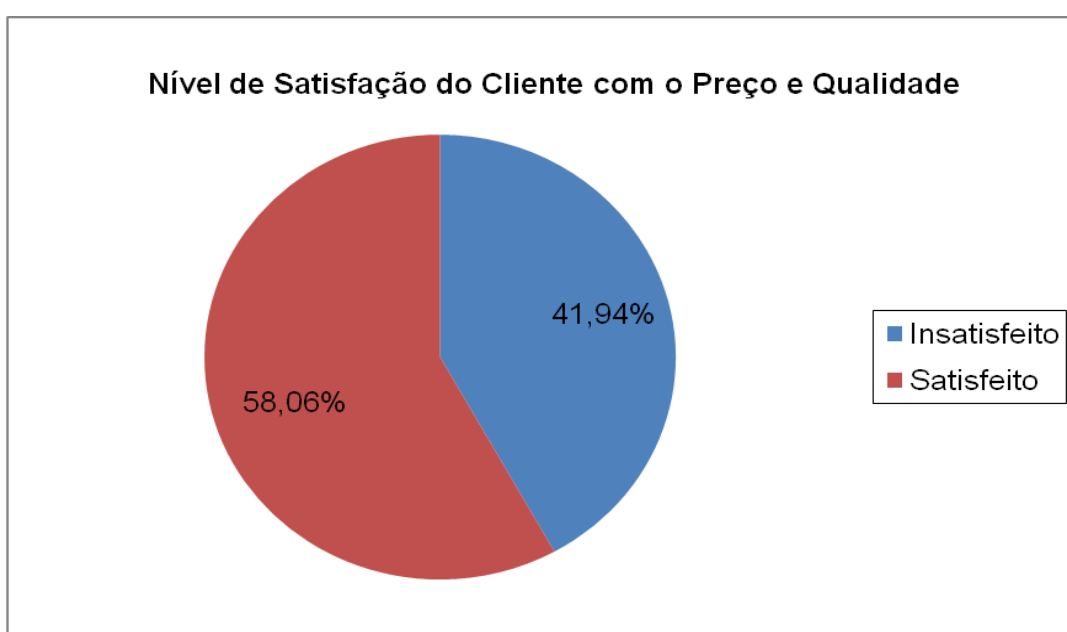


Gráfico 21 – Nível de satisfação do cliente com o preço e qualidade

Os principais fatores indicados como causa para a insatisfação dos clientes foram à falta de oferta de produto, falta de incentivo e técnica ocasionando a queda na qualidade e aumento dos custos de produção.

Entre os produtores que indicaram melhoras na satisfação dos consumidores após o ingresso no pró-peixe, os principais fatores que contribuíram para isso foram à redução dos custos de produção, melhorias nas técnicas de manejo permitindo maior qualidade no processo de produção, o preço da carpa equivale ao da carne de segunda aumentando o consumo.

No grupo dos produtores que consideraram os consumidores insatisfeitos, alguns, ressaltaram que a qualidade dos seus produtos melhorou, porém, não há relação com o programa pró-peixe, foram investimentos particulares aplicados em cursos e treinamentos.

Outros participantes alegaram que possuem pouco contato com clientes devido à grande dificuldade existente para comercialização do peixe, optando em vender sua pequena produção para os próprios vizinhos.

Alguns respondentes disseram que falta divulgação para melhorar a comercialização dos peixes e incentivos para que o distrito possa suprir a demanda de consumidores existentes.

No gráfico 22, observa-se que 48,39% dos produtores disseram que seus clientes não questionam sobre o processo produtivo e 51,61% tem interesse em informações sobre a produção. A pesquisa identificou que as principais preocupações são sobre boas práticas com 3,22%; qualidade com 6,45% os outros questionamentos referem-se à alimentação dos peixes e totalizam 48,39%.

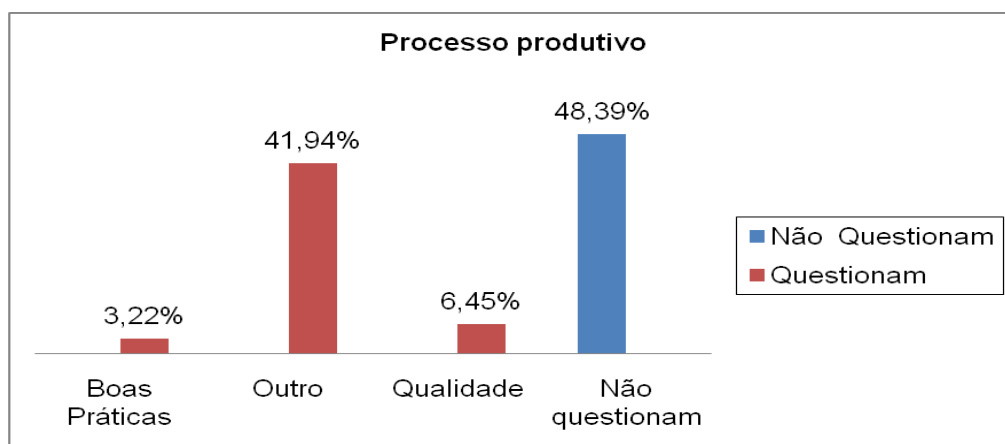


Gráfico 22 – Processo produtivo

4.6 Perspectiva Financeira

O estudo buscou demonstrar na perspectiva financeira quais foram às mudanças oportunizadas pelo desenvolvimento do programa pró-peixe, no volume de produção e lucratividade da piscicultura. Analisando o nível de satisfação do produtor com o volume de produção e a sua percepção sobre a contribuição do programa no desempenho financeiro da atividade. Para Kaplan e Norton (1997), as medidas financeiras indicam se a estratégia, sua implantação e execução estão contribuindo para melhorar os resultados financeiros.

A pesquisa revelou, conforme demonstra o gráfico 23 que 74,20% dos produtores disseram que a participação no programa não proporcionou aumento no volume de produção e nem no faturamento, apenas 25,80% dos respondentes apontaram crescimento no volume de produção e faturamento.

O estudo mostra que entre os participantes que não tiveram aumento no volume de produção 64,52% não receberam nenhum tipo de treinamento, apenas 9,68% recebeu algum tipo de treinamento. Entre os produtores que tiveram melhorias no volume de produção 12,90% tiveram acesso a cursos e no mesmo percentual não tiveram.

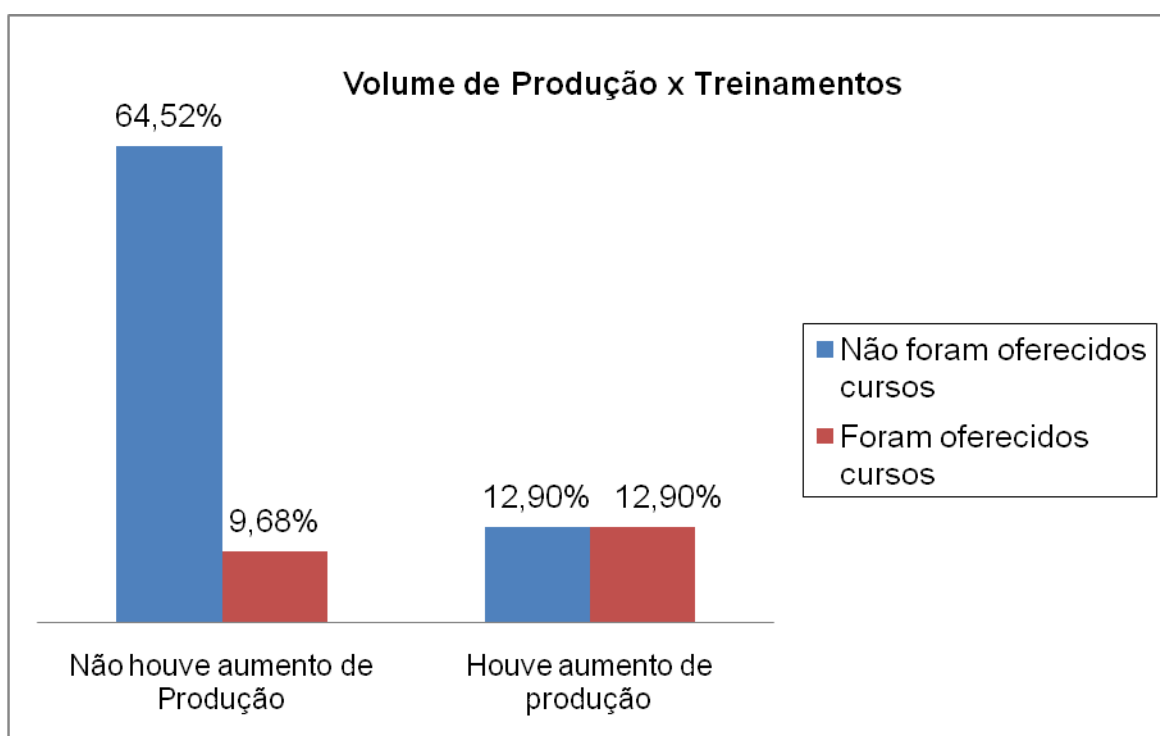


Gráfico 23 – Volume de produção x treinamentos

A pesquisa analisou a relação entre a satisfação do produtor e a relação com o volume de produção, com base no gráfico 24, percebe-se que dos 74,20% dos participantes que não indicaram aumento na produção após ingresso no programa pró-peixe, 22,58% estão insatisfeitos e 41,94% pouco satisfeitos com o comportamento do volume de produção e faturamento. Apenas 9,68% consideraram-se satisfeitos com a produção, porém esclareceram que as melhoras não possuem relação com os incentivos do programa, foram alcançadas com investimentos particulares.

Entre os respondentes que perceberam aumento no volume de produção apenas 3,22% consideram-se muito satisfeitos com a produção atingida e 22,58% esta satisfeita com o desempenho da produção e faturamento.

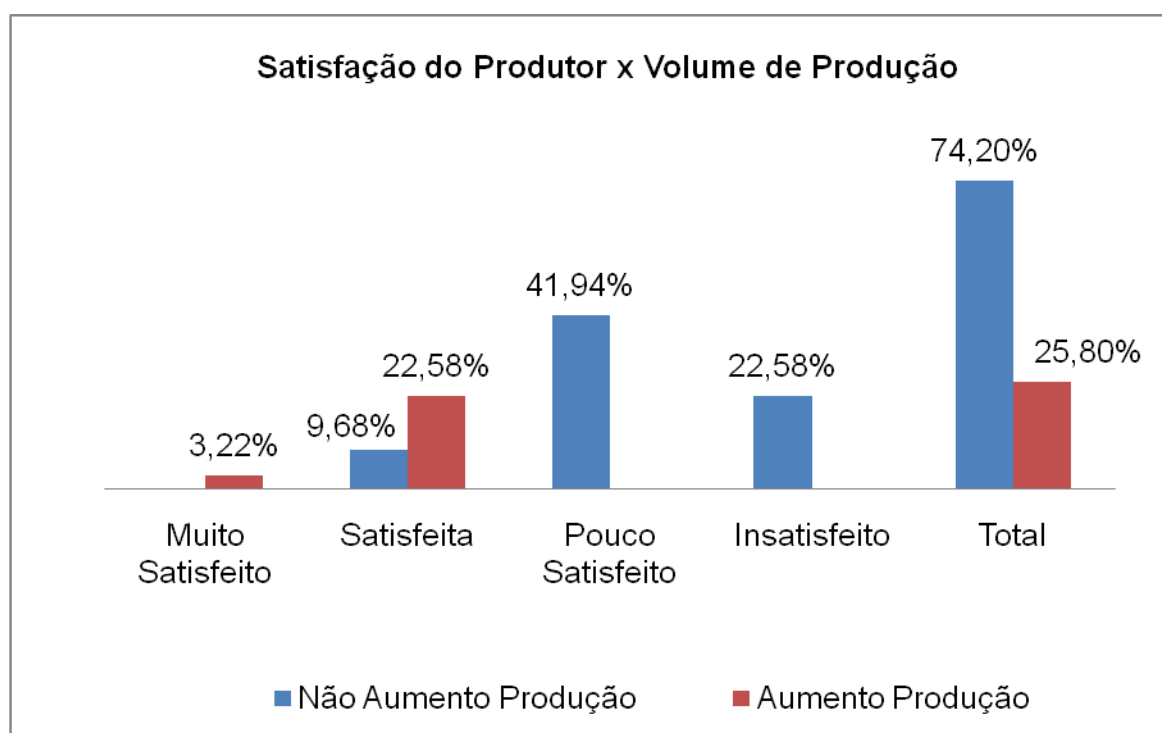


Gráfico 24 – Satisfação do produtor x volume de produção

O estudo revelou entre os produtores que perceberam aumento no volume de produção que as contribuições do pró-peixe, na percepção deles, esta relacionada com as orientações técnicas recebidas e o acompanhamento técnico da EMATER. Em relação ao faturamento, as mudanças introduzidas estão relacionadas com a redução dos custos através do recebimento de insumos como o calcário e alevinos e a possibilidade da utilização do caminhão do peixe.

Os produtores que não consideraram a ocorrência no aumento do volume de produção, elencaram como fatores a mortalidade dos alevinos, falta de conhecimento técnico, falta de interesse na piscicultura. Entre estes, existem os produtores que estão cadastrados no programa há dois anos e disseram que as mudanças serão percebidas a longo prazo.

O estudo revelou, com base no gráfico 25, que dos 22,58% dos produtores que se consideraram insatisfeitos com o desempenho financeiro, 12,90% produziram até 200 kg, 6,45% entre 201 a 500 kg e 3,23% de 501 a 1000 kg de peixe.

Os produtores pouco satisfeitos totalizam 38,71% dos respondentes, 12,90% declararam que não produziram, 9,68% produziu até 200 kg, 3,23% entre 201 a 500 kg, 6,45% entre 501 a 1000 kg, 3,23% entre 1001 a 1500 kg e 3,23% acima de 2000 kg. Os respondentes que se consideraram satisfeitos com o desempenho financeiro totalizam 38,71%, onde 9,68% produziu até 200 kg, 3,23% entre 201 a 500 kg, 9,68% entre 501 a 1000 kg, 9,68% entre 1001 a 1500 kg, 3,23% entre 1501 a 2000 kg e 3,23% acima de 2000 kg.

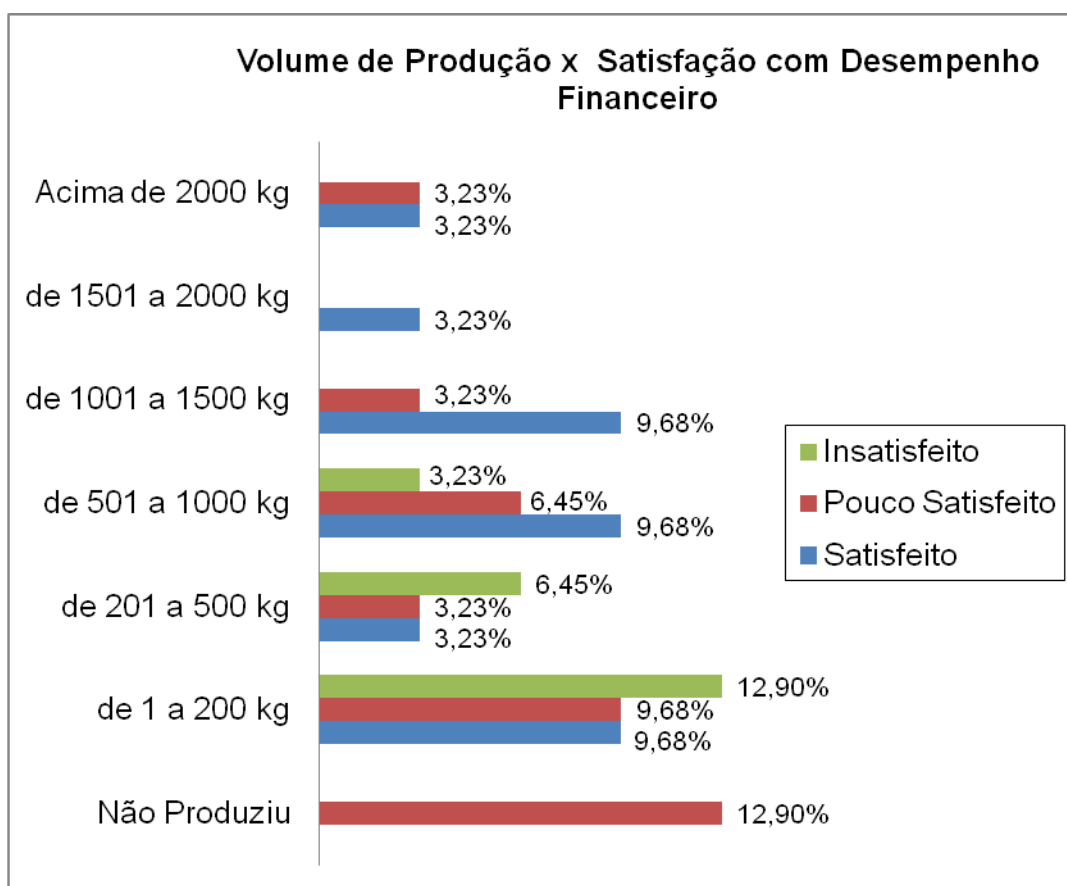


Gráfico 25 – Volume de produção x satisfação com desempenho financeiro

A pesquisa revelou a relação entre a percepção do produtor sobre as alterações entre a produtividade e a lucratividade. Com base no gráfico 26, observa-se que dos 74,20% dos respondentes que não perceberam aumentos no volume de produção, 67,75% não tiveram melhoras na lucratividade e apenas 6,45% melhorou a lucratividade após o ingresso no programa. Já os 25,80% dos participantes que perceberam aumento no volume de produção obtiveram aumento da lucratividade no mesmo percentual, totalizando 32,25% dos produtores que indicaram melhorias na lucratividade na piscicultura com as ações do programa.

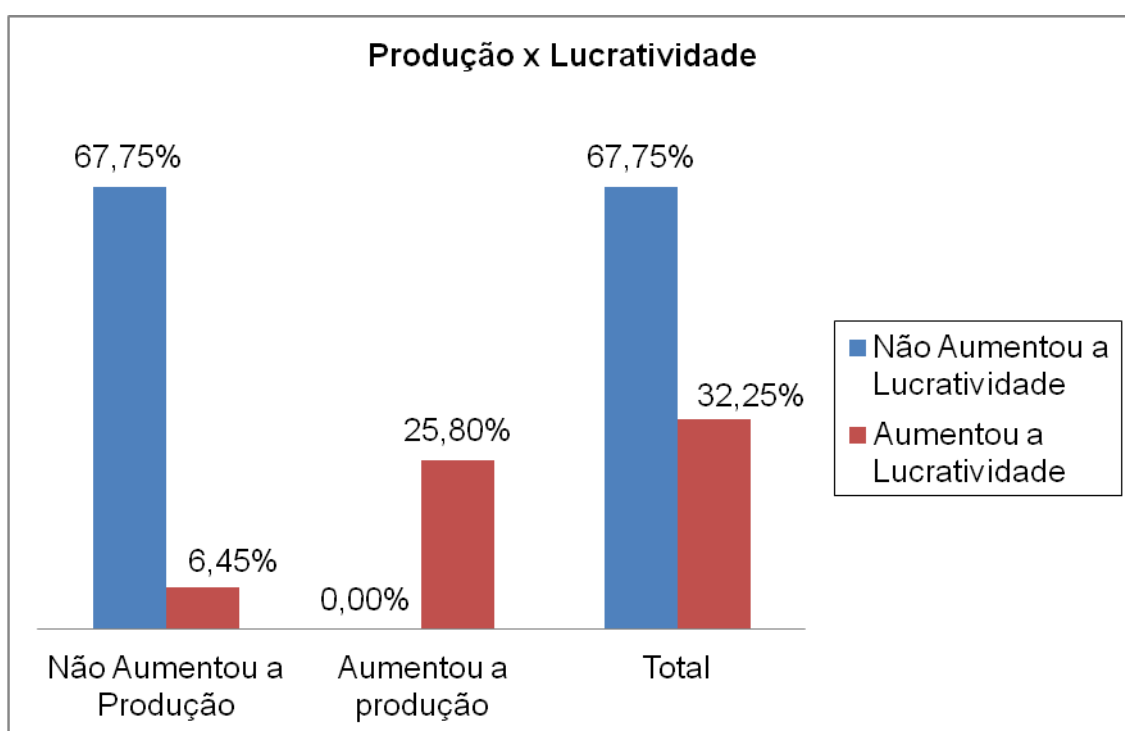


Gráfico 26 – Produção X Lucratividade

O estudo revelou, conforme gráfico 27, que 58,06% dos participantes consideram que os recursos disponibilizados pelo programa não foram distribuídos de forma adequada a satisfazer as necessidades dos produtores e 41,94% consideraram adequados à forma de distribuição.

Os principais questionamentos na percepção dos participantes foram em relação à falta de atenção ao pequeno produtor, limitação dos recursos financeiros, falta de investimentos em treinamentos e qualificação profissional, demora no atendimento na secretaria de desenvolvimento rural, disparidade entre a distribuição dos incentivos entre os produtores. Uma das necessidades dos piscicultores não abrangidas pelo programa é a redução dos custos para utilização das máquinas

para construção de açudes. De forma geral o programa atende as necessidades básicas da implantação da cultura.

Os produtores que apontaram a utilização adequada dos recursos indicaram como contribuição as necessidades da atividade, a disponibilização do suporte técnico para a cultura, melhorias no processo de distribuição dos produtos pela implantação do caminhão do peixe. Mesmo os produtores que perceberam utilização adequada dos recursos, fizeram ressalvas para a necessidade de intensificar os investimentos nos insumos de produção como: calcário, alevinos, redução dos custos para utilização das máquinas, construção de tanques e principalmente melhorias na qualificação técnica.

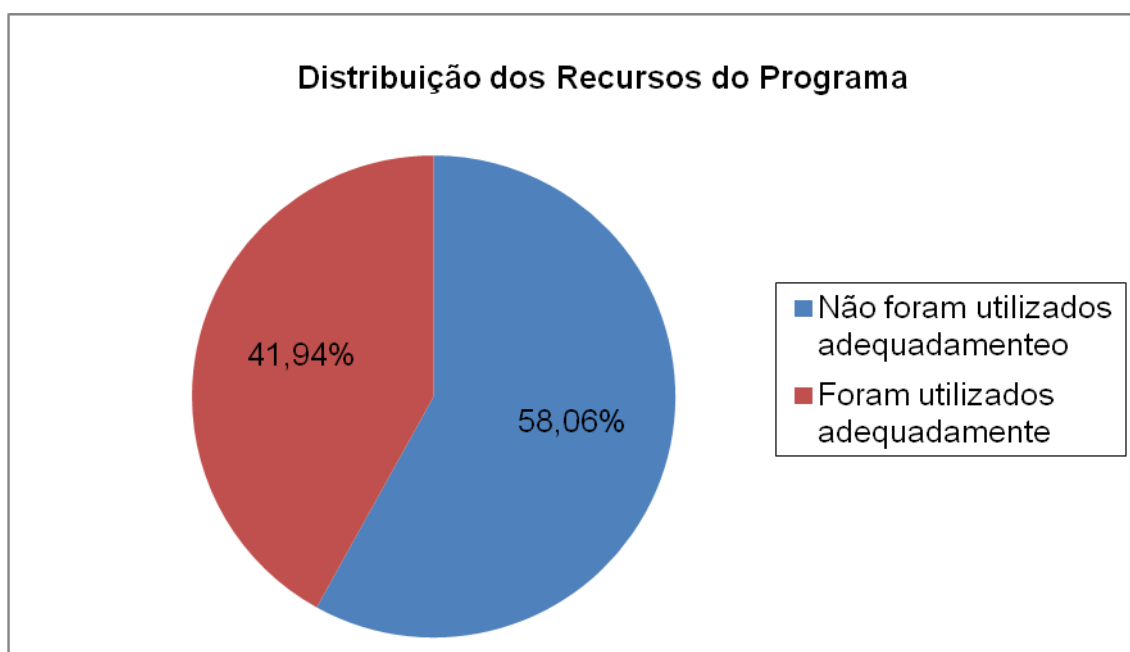


Gráfico 27 – Distribuição dos recursos do programa

4.7 Perspectiva do aprendizado e crescimento

O estudo procurou analisar as contribuições do programa pró-peixe para o aperfeiçoamento da técnica e da gestão da atividade, avaliando a percepção do produtor em relação ao desenvolvimento técnico, alcance de novas informações, melhorias no processo de administração da propriedade e a capacidade de definir objetivos e metas para a elaboração de planejamento.

Para Kaplan e Norton (1997), os objetivos da perspectiva de aprendizado e crescimento oferecem condições para o alcance dos objetivos mais ambiciosos,

primando pelo investimento em pessoal, sistemas e procedimentos, capazes de gerar crescimento financeiro a longo prazo.

Pode-se observar no gráfico 28, que a pesquisa revelou a contribuição do programa para o desenvolvimento das habilidades técnicas e estratégias do negócio na percepção dos produtores. Conforme o gráfico, 77,42% dos participantes não perceberam melhorias no desenvolvimento da técnica, indicando que o programa não contribuiu para tal. Destes produtores 48,39% esta na faixa de experiência na atividade de até 5 anos, 22,58% esta entre 6 e 10 anos e 6,45% acima de 10 anos.

Os fatores apontados pelos produtores como ocasionadores da falta de contribuição do programa para o desenvolvimento das habilidades técnicas e gestão, referem-se a falta de treinamento e qualificação profissional, além de alguns casos de falta de interesse do produtor na piscicultura.

Os produtores que indicaram contribuição do programa para desenvolvimento das habilidades técnicas totalizaram 22,58% dos respondentes, sendo que 16,13% encontra-se na faixa de experiência da atividade até 5 anos e 6,45% entre 6 e 10 anos. Os fatores apontados como responsáveis pelas melhorias técnicas foram o acompanhamento e orientações técnicas oferecidas pelo programa.

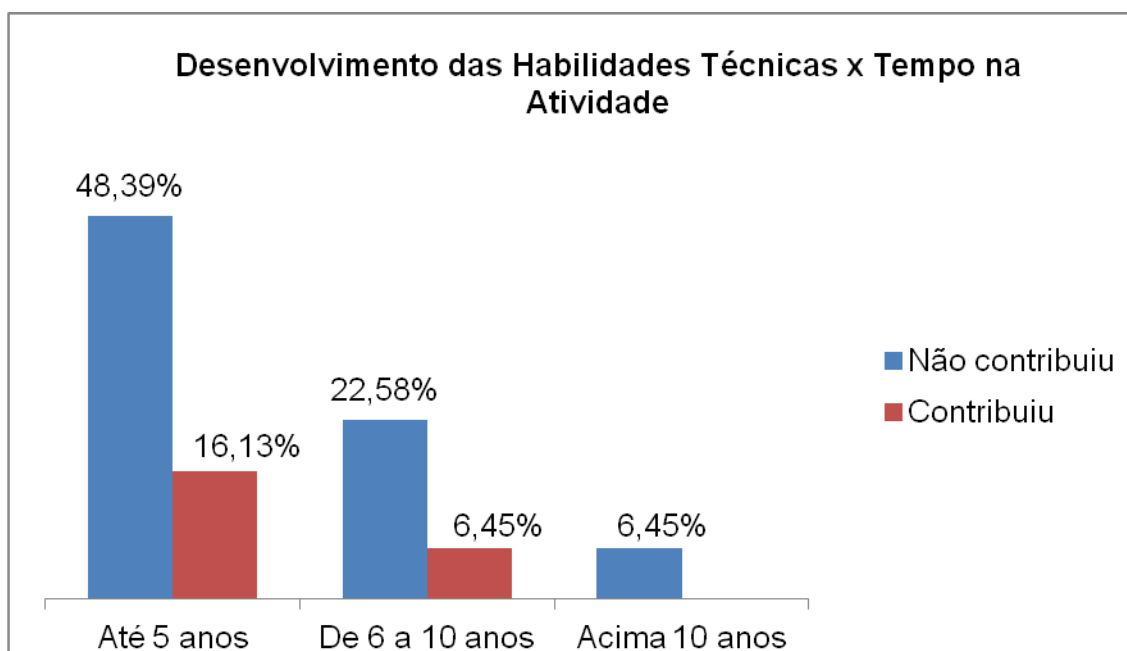


Gráfico 28 – Desenvolvimento das habilidades técnicas x tempo da atividade

O estudo apontou que 77,42% dos produtores não obtiveram novas informações para aperfeiçoar a cultura e apenas 22,58% dos participantes indicaram contribuições do programa pró-peixe para aquisição de novos conhecimentos.

Pode-se observar com base no gráfico 29, que o programa não contribuiu de forma satisfatória para o aperfeiçoamento da piscicultura, na percepção dos produtores o pró-peixe atende as necessidades básicas e iniciais da cultura, não possibilitando maior grau desenvolvimento do cultivo de peixes.

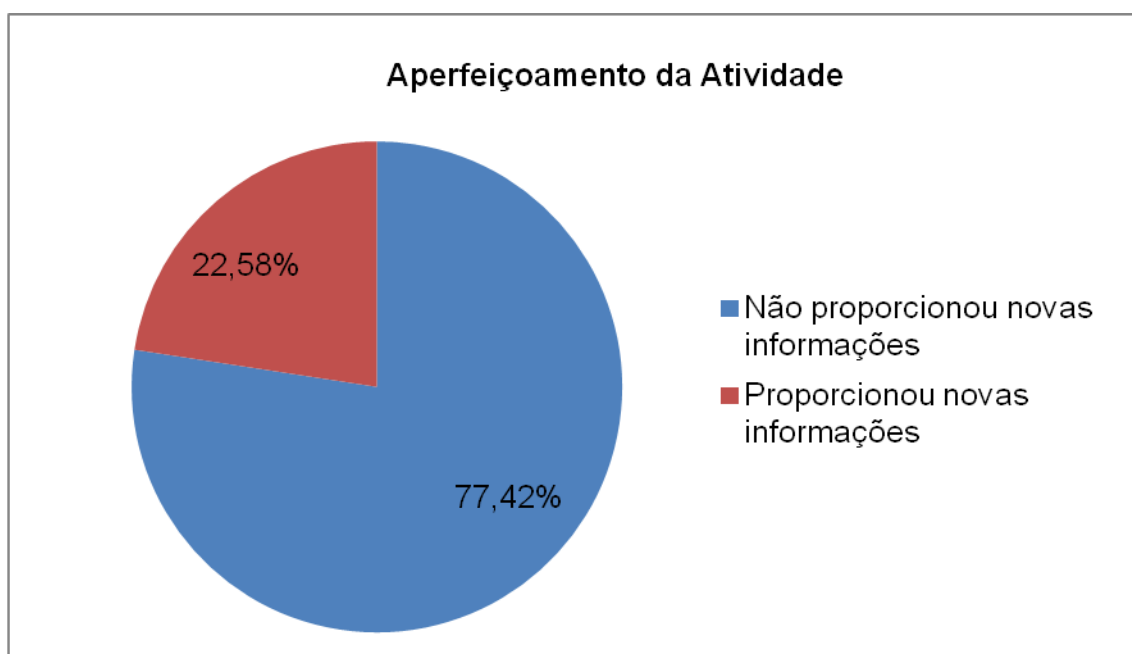


Gráfico 29 – Aperfeiçoamento da atividade

A pesquisa mostrou que 83,87% dos produtores responderam que não houve melhorias no processo de administração da propriedade, entre as justificativas informadas, tem-se a falta de cursos de gestão, falta de preocupação com a utilização de controles, priorização dos aspectos técnicos da cultura, conforme gráfico 30.

Dos 16,13% dos produtores que melhoraram a forma de administrar a propriedade, as principais mudanças estão em torno da visão do negócio e a necessidade de implantação de controles. Segundo apontes dos produtores, não foram oferecidos cursos de gestão, porém, as novas expectativas de expansão da piscicultura na região exigem mudanças no comportamento do produtor.

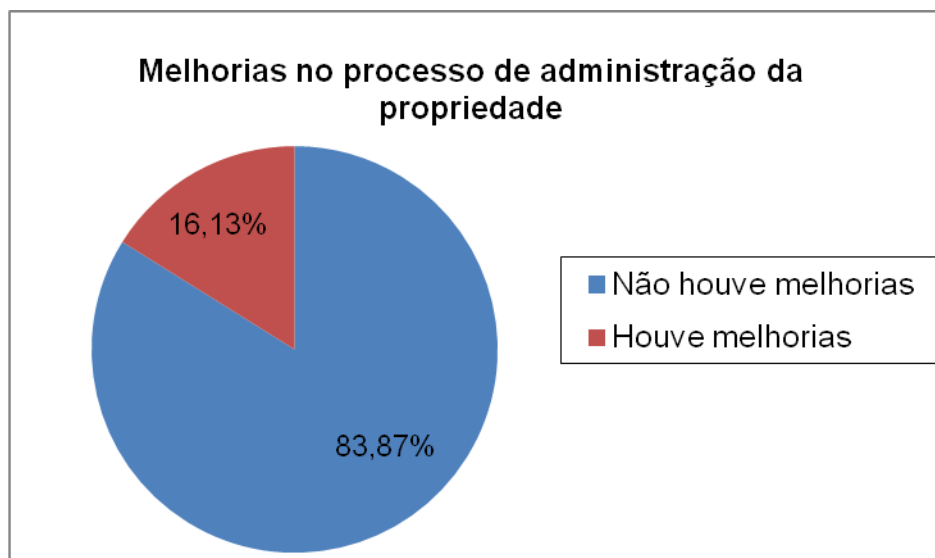


Gráfico 30 – Melhorias no processo de administração da propriedade

O estudo evidenciou que 64,52% dos produtores não conseguiram realizar a definição dos objetivos e traçar metas para a elaboração de um planejamento, apenas 35,48 % dos participantes consegue realizar alguma forma de planejamento. Os produtores que não utilizam o planejamento, em maioria, não possuem noções de como se dá a sua elaboração ou até mesmo desconhece o assunto.

Entre os participantes que realizam planejamento, as dificuldades elencadas para sua elaboração foram às incertezas climáticas, falta de tempo e o pouco conhecimento sobre o cultivo de peixe, conforme o gráfico 31.

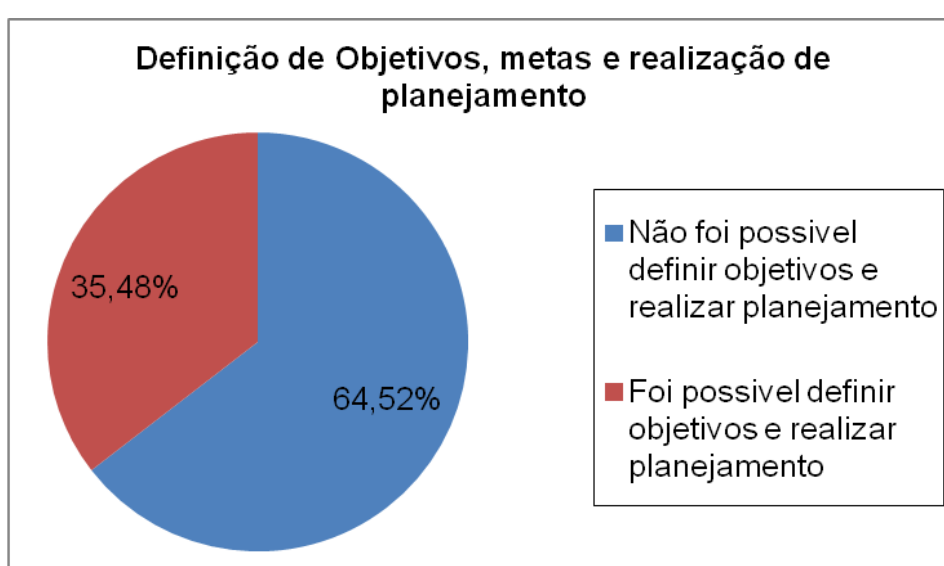


Gráfico 31 – Definição de objetivos, metas e realização de planejamento

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar as melhorias obtidas na economia familiar após a implantação dos programas de desenvolvimento rural no Município de Santa Maria – RS.

Para tanto foi realizado um estudo do Programa de Desenvolvimento Rural Pró-Peixe, pois abrange 24,5% do total de 351 produtores, distribuídos entre os 11 programas oferecidos pela secretaria de desenvolvimento rural. Especificamente foram considerados no estudo os produtores do Distrito de Boca do Monte do Município de Santa Maria/RS por representarem 41% dos inscritos no programa pró-peixe.

Por meio da entrevista estruturada, identificaram-se as melhorias oportunizadas pelo programa de desenvolvimento rural, as quais foram separadas em quatro perspectivas: processos internos; clientes; financeira e aprendizado e crescimento, de acordo com a bibliografia pesquisada.

O programa de desenvolvimento rural pró-peixe abrange em maioria participantes do sexo masculino com representatividade de 83,87% e com faixa etária entre 31 a 50 anos. De modo geral os produtores possuem até 5 anos de experiência na atividade totalizando 64,51% dos participantes, o percentual de produtores com mais de 10 anos na atividade é de apenas 6,45%.

A relação entre a experiência na atividade e o domínio das técnicas de manejo para a piscicultura antes do ingresso no programa pró-peixe, mostraram que 64,51% dos participantes possuíam apenas conhecimentos básicos operacionais necessários a atividade e 35,49% disseram que não dominavam nenhum tipo de técnica, o que evidenciou carência de informações sobre a gestão rural e técnicas da cultura antes da implantação do programa.

Constatou-se que as principais fontes de conhecimento para os produtores são os familiares, amigos e vizinhos. Alguns participantes relacionaram como fonte de informações os cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e treinamentos da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria (SDRSM) em parceria com a EMATER.

Com relação à escolaridade a maioria dos produtores que representam 38,71% dos participantes da pesquisa estudaram em média entre a sexta série do

ensino fundamental e o segundo ano do ensino médio.

Mesmo as mulheres sendo a minoria na gestão rural com representatividade de apenas 16,13% do total dos participantes, 60% delas estudaram acima de 10 anos, enquanto a maioria dos homens que totalizam 46,15% estudaram entre 6 a 10 anos

Percebeu-se que a piscicultura não é a principal fonte de renda dos produtores do distrito da Boca do Monte, pois 96,77% possuem outra fonte de renda que não aquela incentivada pelo programa.

A principal fonte de renda do distrito é a agricultura, responsável pela renda de 42,86% dos participantes, o principal produto cultivado é a soja plantada por 17,31% dos produtores respondentes a pesquisa.

Mesmo a piscicultura não sendo a principal fonte de renda dos agricultores da localidade, 77,42% receberam alguma forma de incentivo para iniciar ou expandir o cultivo de peixes, os principais benefícios elencados foram; visitas técnicas, recebimento de calcário e medição do ph da água dos açudes.

Uma importante característica destas unidades produtivas é que 90,32% são consideradas pequenas propriedades, onde a menor possui 2 hectares e a maior com 61 hectares. As médias propriedades totalizaram 9,68%, a menor com 90 hectares e a maior com 140 hectares.

O programa não apresentou colaboração significativa para melhorias nos processos internos da propriedade, a utilização de controles é mais comum entre os produtores com mais de 10 anos de estudo, representam 25,81% dos participantes que utilizam alguma ferramenta de gestão. O controle mais utilizado são os cadernos e planilhas abrangendo 27,78% dos produtores que usam controles.

A contabilidade formal é utilizada apenas por produtores com mais de 10 anos de atividade, representando 11,11% dos participantes. Constatou-se que a principal finalidade dos controles é gerencial sendo apontada por 38,89% dos produtores.

As contribuições do pró-peixe foram restritas para melhorias nos processos internos, pois 87,10% dos produtores não perceberam mudanças na administração da propriedade, os principais motivos apontados foram à falta de cursos de gestão, excesso de questões políticas que atrapalham o andamento do programa e demora no atendimento.

Além disso, 77,42% dos produtores responderam que mesmo após o credenciamento no programa não tiveram acesso a nenhum treinamento de gestão e ainda 58,06% classificou os conhecimentos adquiridos com regular.

Com relação à perspectiva do cliente o programa pró-peixe não potencializou as ações com os consumidores de forma a gerar benefícios a curto prazo, pois 64,52% dos participantes não perceberam alterações no processo de distribuição dos produtos. Além disso, elencaram vários fatores determinantes para o insucesso, como concorrência desleal com os grandes produtores, dificuldades no acesso e falta de informações sobre a utilização do caminhão do peixe, alto custo para transporte do peixe vivo, dificuldade para o acesso ao cliente fora das datas festivas.

Notou-se dentro da perspectiva financeira que 74,20% dos produtores não perceberam melhorias no volume de produção, realizando a análise de satisfação com relação à produção evidenciou-se que 22,58% estão insatisfeitos e 41,94% pouco satisfeitos com o comportamento do volume de produção e faturamento.

Apenas 9,68% consideraram-se satisfeitos com a produção, entre os produtores que perceberam aumento no volume de produção na percepção deles, as contribuições do pró-peixe, estão relacionadas com as orientações técnicas recebidas e o acompanhamento técnico da EMATER.

Observou-se que 58,06% dos participantes consideram que os recursos disponibilizados pelo programa não foram distribuídos de forma adequada a satisfazer as necessidades dos produtores e 41,94% consideraram adequados à forma de distribuição.

Os principais questionamentos na percepção dos participantes foram em relação à falta de atenção ao pequeno produtor, limitação dos recursos financeiros, falta de investimentos em treinamentos e qualificação profissional, demora no atendimento na secretaria de desenvolvimento rural, disparidade entre a distribuição dos incentivos entre os produtores.

Na perspectiva do aprendizado e crescimento observou-se o menor índice de mudanças após a implantação do programa, sua avaliação das contribuições foram em relação ao aperfeiçoamento da técnica e da gestão da atividade, percepção do produtor em relação ao desenvolvimento técnico, alcance de novas informações, melhorias no processo de administração da propriedade e a capacidade de definir objetivos e metas para a elaboração de planejamento.

Entretanto, 83,87% dos produtores indicaram que não houveram melhorias no processo de administração da propriedade, entre as justificativas informadas, tem-se a falta de cursos de gestão, falta de preocupação com a utilização de controles, priorização dos aspectos técnicos da cultura.

Outro fator que teve influencia na avaliação da perspectiva de aprendizado e crescimento foi à incapacidade de 64,52% dos produtores não conseguiram realizar a definição dos objetivos e traçar metas para a elaboração de um planejamento, as causas apontadas foram à falta de conhecimento para elaboração, desconhecimento do assunto e falta de tempo.

No aspecto geral das quatro perspectivas o programa de desenvolvimento rural não beneficiou de forma igualitária os participantes, observou-se grande disparidade entre os que foram beneficiados em alguma das perspectivas, principalmente no que referem-se ao processo de distribuição dos produtos através da utilização dos caminhão do peixe, pois afeta significativamente a lucratividade por ampliar o alcance e retenção dos clientes.

Constatou-se a importância da contabilidade e das informações geradas por ela, para os produtores e gestores públicos, pois permitem a identificação e avaliação das ações que promovem o desenvolvimento da economia familiar através dos programas e ações de extensão rural, avaliando as mudanças e identificando os pontos fracos para que possam ser potencializados e contribuir cada vez mais para o desenvolvimento rural.

Foi de grande importância a colaboração e participação dos produtores do Distrito de Boca do Monte, em fornecer informações que possibilitaram a realização deste trabalho.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Brasil**: promulgada em 5 outubro de 1988: atualizada até a emenda constitucional n.20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo. Saraiva, 1999.

_____. **Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Brasília: **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1991**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 29 jan. 2012

_____. **Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Brasília: **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 29 jan.2012

_____. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Brasília: **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 29 jan. 2012

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2006. 320 p

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto Uruguai/RS**: suas metamorfoses e reações locais. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, v.1, p.47-60. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/405.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2012

FROEHLICH, Elisângela. A **capacidade de “fazer diferente”**: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do programa de alimentação escolar em dois irmãos e tapes, RS. 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar/abr.1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: 2006. 146p. Disponível em, <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/06>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Instrução especial N° 20, de 28 de maio de 1980. Brasília: **Ministério da Agricultura**, 1980.

KAPLAN, Robert S; NORTON, David P. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. In: TEXTOS para discussão. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal – Centro de Estudos, 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm. Acesso em 30 jan. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural – SMDR. **Programas e projetos municipais de desenvolvimento rural Santa Maria, RS**. Santa Maria: [s.n], 2010. 19p.

_____. **Distritos**. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/69-distritos>>. Acesso em:13 nov. 2012.

_____. **Programa municipal de agroindústrias – normas operacionais**. Santa Maria:[s.n], 2010. 7p. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Programa municipal de avicultura colonial – normas operacionais**. Santa Maria:[s.n], 2010. 7p. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Programa municipal de correção dos solos – normas operacionais**. Santa Maria:[s.n], 2010. 3p. Disponível em<<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Distritos**. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/69-distritos>>. Acesso em:13 nov. 2012.

_____. **Programa municipal de inseminação artificial – normas operacionais**. Santa Maria:[s.n], 2010. 3p. Disponível em<<<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Programa municipal de floricultura – normas operacionais**. Santa Maria:[s.n], 2010. 8p. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Programa municipal de fruticultura – normas operacionais.** Santa Maria:[s.n], 2010. 9p. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Programa municipal de horticultura – normas operacionais.** Santa Maria:[s.n], 2010. 7p. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Programa municipal de ovinocultura – normas operacionais.** Santa Maria:[s.n], 2010. 7p. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Programa municipal de piscicultura – normas operacionais.** Santa Maria:[s.n], 2010. 7p. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

PIRES, Paulo Jose da Fonseca. et al. **Evolução do sistema agrário do distrito de Boca do Monte Santa Maria-RS:** uma abordagem histórica. Disponível em <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/37pdf>>. Acesso em:13 nov. 2012.

RIBEIRO, Osni Moura.**Contabilidade básica:** fácil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 400 p.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Manual de contabilidade:** teoria e mais de 700 questões. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 716 p. (Série Impetus Provas e concursos).

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista estruturada dirigida aos produtores rurais do distrito de Boca do Monte pertencente ao Município de Santa Maria/RS, participantes do programa desenvolvimento rural pró-peixe.

Questionário N° _____

Bloco 1: Identificação do Produtor

1. Nome: _____ Localidade: _____ Tempo na Atividade: _____
2. Idade: _____ Escolaridade: _____ Ocupação/Função: _____
3. Qual tamanho da propriedade em hectares _____ Produção Média: _____
4. A principal fonte de Renda da propriedade é a incentivada pelo programa pró-peixe? () sim () Não Outras Atividades 1: _____ 2: _____ 3: _____
5. Qual o incentivo dado pelo programa pró-peixe?

Bloco 2: Processos Internos

6. É utilizado algum tipo de controle na propriedade? () Sim () Não
7. Quais os controles utilizados na administração da sua propriedade?
 - () Controle dos custos e Faturamento
 - () Utilização de Contabilidade Formal
 - () Controle de Caixa
 - () Controle de compras e vendas
 - () Apenas apontamentos em cadernos/planilhas
 - () Outro: _____
8. Qual a finalidade dos controles utilizados?
 - () Controle Gerencial () Tomada Decisões () Planejamento () Cumprir Obrigações Fiscais () Outro: _____
9. Com que área da sua Cultura se preocupa mais?
 - () Financeira (Contas a Pagar e a Receber)
 - () Tributária (Impostos)
 - () Custos (Cálculo e Controle)
 - () Vendas e Produção (Distribuição e Transporte)
 - () Pessoal (Operacional)
 - () Outro: _____

10. Quais as mudanças percebidas na administração da propriedade **após** o ingresso no programa?

11. Possuía conhecimento sobre as técnicas de manejo e manutenção da atividade **antes** do ingresso no programa? () Sim () Não
Quais? _____

12. Foram oferecidos cursos, mini-cursos ou treinamentos após o ingresso no programa? () Sim () Não
Quais? _____

13. Em qual área foram oferecidos os cursos?
() Área Gerencial () Área Técnica () Área Financeira

14. Qual seu nível de conhecimentos sobre as técnicas de manejo e manutenção após o ingresso no programa?
() Excelente () Ótimo () Bom () Regular () Péssimo () Não houveram mudanças

Bloco 3: Cliente

15. Houve melhorias no sistema de distribuição dos produtos após o ingresso no programa, facilitando acesso dos clientes aos produtos oferecidos?
() Sim () Não Quais?: _____

16. O Senhor(a) considera que o consumidor final esta mais satisfeito com a qualidade e preço do produto oferecido após o ingresso no programa ?
() Sim () Não Porque?: _____

17. Os clientes costumam questionar sobre o processo de cultivo dos produtos?
() sim Não ()
() Qualidade () Controle Sanitário () Boas Práticas () Outro: _____

18. O Senhor esta satisfeito com a divulgação do programa, conseqüentemente com o aumento de clientes?
() Muito Satisfeito () Satisfeito () Pouco Satisfeito () Insatisfeito

Bloco 4: Financeiro

19. Houve aumento no volume de produção e no faturamento após o ingresso no programa? () Sim () Não

20. Qual seu nível de satisfação com as alterações na produção e faturamento através do programa?
() Muito Satisfeito () Satisfeito () Pouco Satisfeito () Insatisfeito

21. Se houveram mudanças no volume de produção e faturamento, qual a contribuição do programa na sua percepção para esta melhoria?

22. Qual seu grau de satisfação com o desempenho financeiro da sua produção?
() Muito Satisfeito () Satisfeito () Pouco Satisfeito () Insatisfeito

23. Os recursos disponibilizados pelo programa foram distribuídos de forma satisfatória para suprir suas necessidades no desenvolvimento da sua atividade?
() Sim () Não Porquê?: _____

24. Analisando de forma geral sua atividade, houve aumento na lucratividade?
() sim () Não Porquê?: _____

Bloco 5: Aprendizado

25. A participação no programa contribuiu para o desenvolvimento das habilidades técnicas e estratégias do negócio?

- () Sim Quais? _____
() Não Porquê? _____

26. O Programa proporcionou novas informações para aperfeiçoar a atividade?

- () Sim Quais? _____
() Não Porquê? _____

27. Houve melhorias nos processos de administração da propriedade?

- () Sim Quais? _____
() Não Porquê? _____

28. Foi possível definir objetivos e metas e implantação de planejamento?

- () Sim Quais? _____
() Não Porquê? _____

Apêndice B – Tabelas de dados sobre o perfil dos produtores com informações de gênero, faixa etária, tempo na atividade, experiências técnicas e incentivos recebidos.

(continua)

Gênero dos participantes por sexo em relação ao total de entrevistados		
Gênero	Nº de participantes	(%)
Feminino	5	16,13%
Masculino	26	83,87%
Total	31	100,00%

Faixa etária por sexo		
Faixa de idade	Nº de participantes	%
Até 30 anos	3	9,68%
Masculino	3	9,68%
De 31 a 50 anos	17	54,84%
Feminino	2	6,45%
Masculino	15	48,39%
Acima de 50 anos	11	35,48%
Feminino	3	9,68%
Masculino	8	25,81%
Total	31	100,00%

Tempo na atividade por sexo		
Tempo na atividade	Nº de participantes	%
Até 5 anos	20	64,51%
Feminino	4	12,90%
Masculino	16	51,61%
De 6 a 10 anos	9	29,04%
Feminino	1	3,230%
Masculino	8	25,81%
Acima 10 anos	2	6,45%
Masculino	2	6,452%
Total	31	100,00%

Tempo na Atividade em relação ao conhecimento técnico						
Tempo na atividade	Não possuía conhecimento	(%)	Possuía conhecimento	(%)	Total	(%)
Acima 10 anos		0,00%	2	10,00%	2	6,45%
Até 5 anos	8	72,73%	12	60,00%	20	64,51%
De 6 a 10 anos	3	27,27%	6	30,00%	9	29,04%
Total	11	100,00%	20	100,00%	31	100,00%
(%)	35,49%		64,51%			100%

Apêndice B – Tabelas de dados sobre o perfil dos produtores com informações de gênero, faixa etária, tempo na atividade, experiências técnicas e incentivos recebidos.

(conclusão)

Escolaridade Geral	Nº de Participantes	%
Até 5 anos	8	25,81%
De 6 a 10 anos	12	38,71%
Acima 10 anos	11	35,48%
Total	31	100,00%

Escolaridade Mulheres	Nº de Participantes	%
Até 5 anos	2	40,00%
Feminino	2	40,00%
Acima 10 anos	3	60,00%
Feminino	3	60,00%
Total	5	100,00%

Escolaridade Homens	Nº de Participantes	%
Até 5 anos	6	23,08%
Masculino	6	23,08%
De 6 a 10 anos	12	46,15%
Masculino	12	46,15%
Acima 10 anos	8	30,77%
Masculino	8	30,77%
Total	26	100,00%

Incentivos concedidos pelo pró-peixe

Incentivos	Nº de participantes	(%)
Não recebeu incentivos	7	22,58%
Recebeu algum tipo de incentivo	24	77,42%
Total	31	100,00%

Apêndice C – Tabelas de dados sobre a caracterização da propriedade rural dos participantes do estudo.

Classificação do porte das propriedades rurais em módulos fiscais		
Tamanho da Propriedade	Nº de participantes	Nº de participantes
Até 4 módulos fiscais – Pequena	28	90,32%
Superior 4 até 15 módulos fiscais	3	9,68%
Total geral	31	100,00%

Apêndice D – Tabelas de dados sobre perspectiva dos processos internos relativas às informações sobre a utilização de controles e suas finalidades, conhecimento técnico e percepção dos produtores sobre as melhorias na administração da propriedade.

(continua)

Utilização de controles x anos de estudo			
Anos de estudo	Não Utiliza Controles	Utiliza Controles	Total
Até 5 anos	9,68%	16,13%	25,81%
De 6 a 10 anos	22,58%	16,13%	38,71%
Acima 10 anos	9,68%	25,80%	35,48%
Total	41,94%	58,06%	100,00%

Tipos de controles x anos de estudo				
Anos de estudo	Cadernos e Planilhas	Contabilidade Formal	Controle de Caixa	Total
Até 5 anos	27,78%	0,00%	0,00%	27,78%
De 6 a 10 anos	16,67%	0,00%	11,11%	27,78%
Acima 10 anos	27,78%	11,11%	5,56%	44,44%
Total	72,22%	11,11%	16,67%	100,00%

Finalidades dos controles utilizados		
Finalidades	Nº participantes que usam controles	(%)
Controle Gerencial	7	38,89%
Obrigações Fiscais ²	1	5,56%
Planejamento	4	22,22%
Outro	6	33,33%
Total	18	100,00%

Principal área de preocupação com a cultura		
Área	Nº de Participantes	(%)
Custos	5	16,13%
Financeira	8	25,81%
Vendas e Produção	15	48,39%
Outro	3	9,68%
Total	31	100,00%

Apêndice D – Tabelas de dados sobre perspectiva dos processos internos relativas às informações sobre a utilização de controles e suas finalidades, conhecimento técnico e percepção dos produtores sobre as melhorias na administração da propriedade.

(conclusão)

Mudanças na administração da propriedade		
Administração da propriedade	Nº de participantes	(%)
Houve mudanças	4	12,90%
Não houve mudanças	27	87,10%
Total geral	31	100,00%

Oferecimento de cursos e treinamentos após o ingresso no programa		
Oferecimento de curso após programa	Nº de participantes	(%)
Não foram oferecidos cursos	24	77,42%
Foram oferecidos cursos	7	22,58%
Total	31	100,00%

Avaliação do conhecimento técnico		
Avaliação do conhecimento	Nº de participantes	(%)
Bom	8	25,81%
Regular	18	58,06%
Péssimo	5	16,13%
Total	31	100,00%

Apêndice E – Tabelas de dados sobre perspectiva do cliente relativa às informações sobre a utilização de canais de distribuição, qualidade dos produtos oferecidos, nível de satisfação do consumidor com o preço e o grau de preocupação com os aspectos relacionados à higiene e procedência dos produtos.

(continua)

Mudanças no processo de distribuição x produção			
Produção de Peixe	Não Percebeu Melhorias na Distribuição	Percebeu Melhorias na Distribuição	(%)
Não Produziu	12,90%	0,00%	12,90%
de 1 a 200 kg	32,26%	0,00%	32,26%
de 201 a 500 kg	3,23%	9,68%	12,90%
de 501 a 1000 kg	12,90%	6,45%	19,35%
de 1001 a 1500 kg	3,23%	9,68%	12,90%
de 1501 a 2000 kg	0,00%	3,23%	3,23%
Acima de 2000 kg	0,00%	6,45%	6,45%
Total	64,52%	35,48%	100,00%

Nível de satisfação do cliente com o preço e qualidade		
Satisfação dos consumidores com qualidade	Nº de participantes	(%)
Insatisfeito	13	41,94%
Satisfeito	18	58,06%
Total	31	100,00%

Processo Produtivo			
Processo Produtivo	Não Questionam	Questionam	(%)
Boas Práticas	0,00%	3,23%	3,22%
Qualidade	0,00%	6,45%	6,45%
Outro	0,00%	41,94%	41,94%
Não questionam	48,39%	0,00%	48,39%
Total	48,39%	51,61%	100,00%

Apêndice F – Tabelas de dados sobre a perspectiva financeira relativa às informações sobre o nível de satisfação do produtor e lucratividade da piscicultura, nível de satisfação com o volume de produção e a percepção do produtor sobre a contribuição do programa no desempenho financeiro da atividade.

(continua)

Volume de produção x Treinamentos			
Produção	Não foram oferecidos cursos	Foram oferecidos cursos	(%)
Não houve aumento de Produção	64,52%	9,68%	74,20%
Houve aumento de produção	12,90%	12,90%	25,80%
Total	77,42%	22,58%	100,00%

Satisfação do produtor x volume de produção			
Satisfação com a produção	Não Aumento Produção	Aumento Produção	Total
Muito Satisfeito	0,00%	3,22%	3,22%
Satisfeita	9,68%	22,58%	32,26%
Pouco Satisfeito	41,94%	0,00%	41,94%
Insatisfeito	22,58%	0,00%	22,58%
Total	74,20%	25,80%	100,00%

Volume de produção x satisfação com desempenho financeiro				
Produção	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Insatisfeito	Total
Não Produziu	0,00%	12,90%	0,00%	12,90%
de 1 a 200 kg	9,68%	9,68%	12,90%	32,26%
de 201 a 500 kg	3,23%	3,23%	6,45%	12,90%
de 501 a 1000 kg	9,68%	6,45%	3,23%	19,35%
de 1001 a 1500 kg	9,68%	3,23%	0,00%	12,90%
de 1501 a 2000 kg	3,23%	0,00%	0,00%	3,23%
Acima de 2000 kg	3,23%	3,23%	0,00%	6,45%
Total	38,71%	38,71%	22,58%	100,00%

Produção x Lucratividade			
Produção	Não Aumentou a Lucratividade	Aumentou a Lucratividade	(%)
Não Aumentou a Produção	67,75%	6,45%	74,20%
Aumentou a produção	0,00%	25,80%	25,80%
Total	67,75%	32,25%	100,00%

Apêndice F – Tabelas de dados sobre a perspectiva financeira relativa às informações sobre o nível de satisfação do produtor e lucratividade da piscicultura, nível de satisfação com o volume de produção e a percepção do produtor sobre a contribuição do programa no desempenho financeiro da atividade.

(conclusão)

Distribuição dos recursos do programa		
Recursos disponibilizados pelo programa	Nº de participantes	(%)
Não foram utilizados adequadamente	18	58,06%
Foram utilizados adequadamente	13	41,94%
Total geral	31	100,00%

Apêndice G – Tabelas de dados sobre a perspectiva do aprendizado e crescimento relativo às informações do nível de aperfeiçoamento da técnica e da gestão da atividade, percepção do produtor sobre o desenvolvimento técnico, alcance de novas informações, melhorias no processo de administração da propriedade e a capacidade para definir objetivos e metas e realizar planejamento.

Desenvolvimento das habilidades técnicas x tempo na atividade			
Tempo na atividade	Não contribuiu	Contribuiu	Total
Até 5 anos	48,39%	16,13%	64,52%
De 6 a 10 anos	22,58%	6,45%	29,03%
Acima 10 anos	6,45%	0,00%	6,45%
Total	77,42%	22,58%	100,00%

Contribuição para aperfeiçoamento da atividade	
Aperfeiçoamento da atividade	Percentual de respondentes
Não proporcionou novas informações	77,42%
Proporcionou novas informações	22,58%
Total geral	100,00%

Melhorias no processo de administração da propriedade	
Administração da propriedade	Percentual de respondentes
Não houve melhorias	83,87%
Houve melhorias	16,13%
Total geral	100,00%

Definição de objetivos, metas e realização de planejamento		
Objetivos, metas e planejamento	Nº de participantes	(%)
Não foi possível definir objetivos e realizar planejamento	20	64,52%
Foi possível definir objetivos e realizar planejamento	11	35,48%
Total	31	100,00%